

# ANEXO Q

# **PROJETO URBISAMAZÔNIA**

## **Relatório de Missão de Campo**

### **Equipe de campo**

Roberto Monte-Mor (Cedeplar- NPGAU/UFMG)

Ana Cláudia Cardoso (ITV DS/ FAU/UFPA)

Paula Bastos (Naea/UFPA)

Harley Silva (Cedeplar/UFMG, bolsista);

Sibelle Diniz (Cedeplar/UFMG, bolsista);

Marcos Felipe Sudré (NPGAU/UFMG, colaborador)

Carla Craice (Nepo/Unicamp, colaborador)

Claudia Pinheiro Nascimento (NAEA/UFPA,  
colaboradora)

Alex Bandeira (PPGAU/UFPA, colaborador)

Colaboração: Marcília Regina Gama Negrão  
(NAEA/UFPA, bolsista)

## **Conteúdo**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. A ÁREA DE ESTUDO: BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>4</b>
<b>3. METODOLOGIA:.....</b>	<b>7</b>
<b>4. OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>8</b>
4.1. Objetivos específicos .....	8
<b>5. SISTEMATIZAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES E COLETAS DE CAMPO .....</b>	<b>8</b>
5.1. Estruturação sócio-espacial .....	8
5.1.1. Urbanização e padrões de ocupação sócio-espaciais .....	8
5.1.2. Dinâmica imobiliária e estruturação intra urbana.....	9
5.2.1. Dinâmica econômica e circuito superior .....	61
5.2.2. Circuito inferior e economia popular e solidária .....	68
5.2.3. Aspectos culturais, valores e expectativas .....	74
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: .....</b>	<b>85</b>

# 1. Introdução

O objetivo principal dessa missão de campo foi identificar como os circuitos superior e inferior da economia são articulados no território, e no cotidiano das cidades, e como coexistem testemunhos da vida ribeirinha do passado e da nova sociedade constituída a partir da intensa migração de diversos perfis sócio econômicos para a região. Para tanto, foram selecionadas cidades com forte capacidade para ilustrar eixos importantes da dinâmica econômica local (ex: mineração, comércio e pecuária), considerando a disponibilidade de tempo, recursos humanos e financeiros. Marabá e São Félix do Xingu, cidades ribeirinhas tradicionais que se adaptaram à dinâmica rodoviária, foram os pontos extremos da rota de pesquisa, que também abrangeu as cidades de Parauapebas, Canaã, Ourilândia, Tucumã e Xinguara, criadas após a implantação de rodovias e dos grandes projetos federais na região (ver figura 1). Em cada cidade foi possível observar, entrevistar atores representativos de diferentes grupos e coletar documentos importantes para o alcance dos objetivos propostos. As cidades de Eldorado e Curionópolis, localizadas no percurso entre Marabá e Parauapebas, e de Sapucaia, localizada a 35 Km de Xinguara, também foram objeto de visita e de levantamento fotográfico. Esta região constitui a área de estudo denominada Urbis 1, assumida como um das áreas de estudo do projeto UrbisAmazônia (Figura 2).

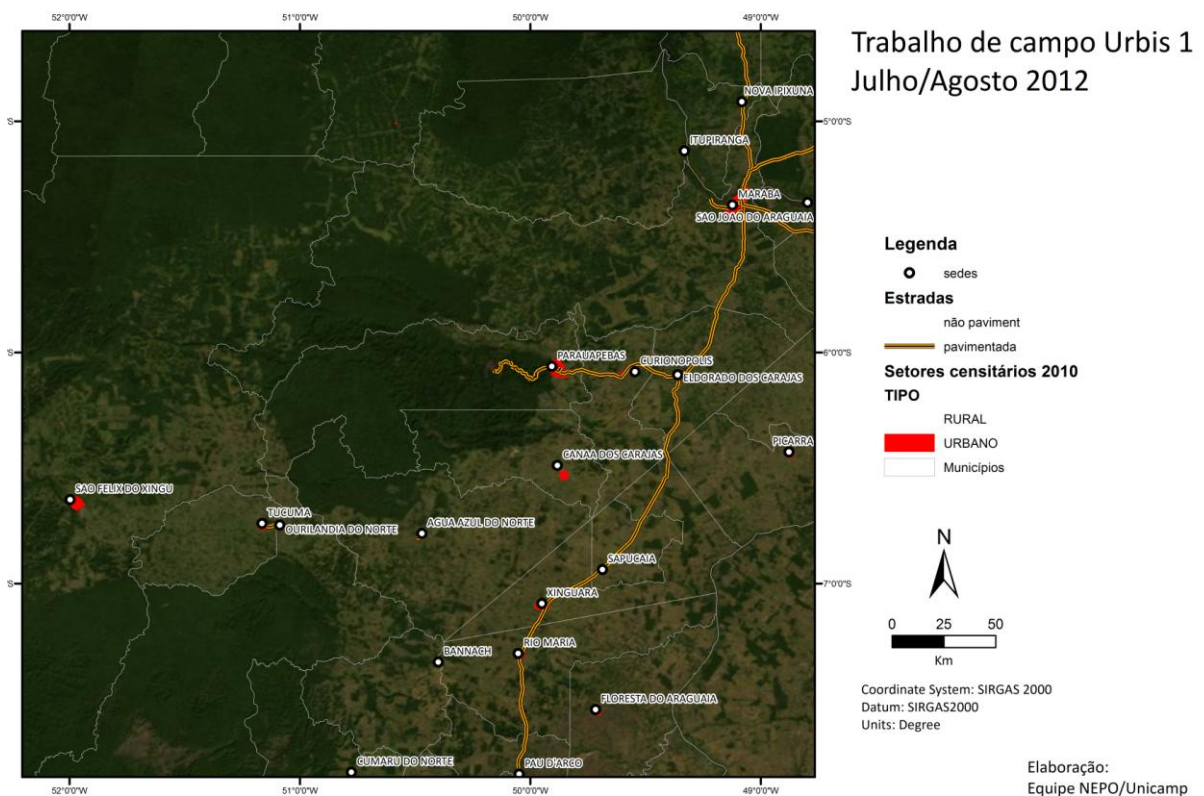
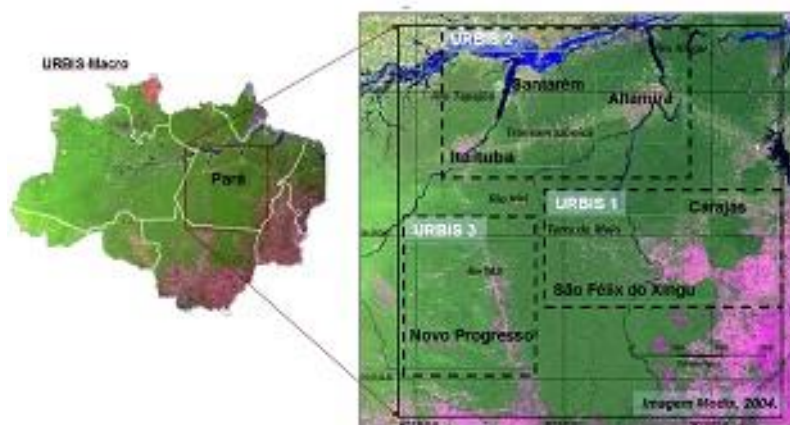


Figura 1 Localização das cidades visitada na pesquisa de campo.

Elaboração: NEPO/Unicamp, 2012.



**Figura 2: Escalas de investigação e áreas de estudo do projeto UrbisAmazônia.**

Fonte: INPE, 2010.

## 2. A área de estudo: breve histórico

Até meados do século XX, o processo de ocupação da Amazônia esteve diretamente ligado à racionalidade do modal hidroviário. Ao realizar a periodização da rede urbana na Amazônia, Corrêa (1987) observa que, durante este período, os rios se configuravam como o principal vetor de circulação, troca e exportação do que era coletado no interior da floresta. O território isolado comercialmente por séculos estava sujeito a práticas de monopólio tanto externo, no comércio com portugueses, quanto interno, pela maneira como o domínio dos meios de produção das atividades extrativistas era concentrado na mão de comerciantes, dentro do sistema de aviamento.

As aglomerações se localizavam em pontos às margens dos rios em um padrão dendrítico de ocupação (Corrêa, 1987), em formato macrocéfalo de centralidade, em que havia uma relação direta das cidades menores com a capital em função do escoamento de borracha e caucho.

Dentro da área de estudo existem duas cidades tradicionais, de surgimento associado à dinâmicas dos rios que funcionaram como pontos extremos da missão:

1. Marabá situada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Seu núcleo original foi construído durante o século XIX, como uma localidade de suporte à exploração do látex do caucho (espécie de seringueira). Era um centro atrativo para os comerciantes, que mais tarde pleitearam a sua emancipação de Baião e transferência do estado do Pará para o Estado de Goiás. Como uma resposta ao pedido, Pará criou o município de São João do Araguaia (posteriormente extinto e incorporado ao território de Marabá), e transformou a vila de Marabá em sede de um dos seus distritos. O sítio original era vulnerável a inundações. Mesmo assim a ocupação foi consolidada, com a criação do município de Marabá em 1914, devido à alta concentração de caucho nessa área, e à instalação de rotas de comércio através das águas dos rios Tocantins e Itacaiunas (Velho, 1972).

2. São Félix do Xingu surgiu às margens do rio Xingu na confluência com o Rio Fresco, na mesma época em que a região de Marabá, também em função da exploração de caucho. Os seringalistas procuraram reunir seringueiros e caucheiros e suas famílias

em “barracões de aviador”, para incentivar a produção. A viagem de Altamira até São Félix em barco a remo demorava 3 meses e quinze dias em 1920. O filho de um dos pioneiros recompôs a trajetória da comunidade que se estabeleceu na Vila Triunfo, em área de várzea na margem esquerda do Xingu, de onde partiu o maior contingente populacional para a localidade onde hoje está a cidade de São Félix, lugar então chamado “Boca do Rio” na confluência (lado direito) dos rios Fresco e Xingu, a localidade teria sido fundada em 1914 por um seringalista, conhecido como Coronel Tancredo Martins Jorge.

A história atribuída à Vila Trunfo é ilustrativa da transição do extrativismo para a mineração e pecuária na região. A produção de castanha e seringa teria sido encerrada quando as atividades de prospecção voltadas à mineração foram introduzidas pela DOCEGEO no período de 1960 a 1965. A oferta de renda regular e as condições de trabalho atraíram toda a mão de obra disponível, até a chegada da malária. A doença forçou o abandono das instalações da companhia na vila, e a transferência da sua população para São Félix, onde os ribeirinhos constituíram o bairro Triunfo. Das janelas de suas casas assistiram a implantação de garimpo no Rio Fresco.

O garimpo se espalhou por diversas localidades da região, em vilas, fazendas e fundos de quintal. Na vila Taboca esta atividade foi intensificada a partir de 2005 com a vinda de mão de obra de garimpos de Rondônia. Paralelamente ao início dos garimpos ocorreu um ciclo de exploração de jaborandi nas adjacências da antiga Vila Triunfo, pela empresa Vegetec associada à Merck, que por conta de descuido no manejo para retirada das folhas, resultou na quase extinção da árvore. A produção era muito grande e com elevada concentração do princípio ativo, que jamais foi reproduzida nos lugares de replantio das árvores. Atualmente toda área foi incorporada à Fazenda Santa Bárbara e foi destinada a área de pasto. Processos semelhantes aconteceram na área de Marabá, que polarizava uma ampla região de castanhais, e após a abertura dos grandes garimpos, seguida da exploração madeireira, foram transformados em área de pasto.

A implantação das obras de integração rodoviária propostas pelo Plano de Metas garantiu o fornecimento de matéria-prima para a industrialização concentrada no centro-sul do país, e a integração econômica das regiões periféricas incorporadas ao mercado consumidor nacional. No Sudeste paraense os grandes projetos foram financiados com recursos de instituições multilaterais que possibilitaram ao governo a oferta de amplos subsídios para a instalação do setor privado na Amazônia. A abertura da PA 279 ilustra uma parceria entre o governo federal e a empresa Andrade Gutierrez, que oferecia terras á empreiteira em troca da abertura da estrada e implantação de três núcleos urbanos. O acordo foi apoiado pela ampla campanha de atração de mão de obra, para as frentes agrícolas e para a construção das obras de infraestrutura (principalmente a BR 230 e a PA 150), que desencadeou fluxos migratórios oriundos em todas as regiões do Brasil para a área em questão (Hall, 1991).

O Projeto Grande Carajás (PGC), os projetos de colonização rural promovidos pelo governo federal através do Instituto de Colonização e Reforma agrária (INCRA), e pelo setor privado através do Projeto Tucumã promovido pela Construtora Andrade Gutierrez (CONSAG), resultaram em novas aglomerações. A CONSAG baseou-se em São Félix e a partir de lá divulgou a existência de terras abundantes, de boa qualidade, com planos de pagamentos acessíveis e assistência técnica aos assentados.

Uma das justificativas para implantação do Projeto Tucumã foi o elevado preço da terra no sul do país, o que o direcionou para o atendimento dos pequenos e médios colonos daquela região, especialmente do estado do Paraná, maior cedente de população

migrada para a área do projeto. Entretanto, a expectativa da conquista de terras para produção atraiu gente de todo o Brasil, inclusive do Pará, gerando um conflito pela constituição de barreiras de acesso ao projeto da CONSAG, e exclusão de várias famílias de imigrantes que não dispunham dos recursos financeiros para aquisição de lotes urbanos e rurais dentro do projeto. A dificuldade não foi suficiente para conter a migração para a área do projeto, e levou a concentração de migrantes em um dos portões (a Guarita I), que sobreviviam do garimpo do comércio que o apoiava. O conflito de interesses no local sofreu influência dos eventos relativos econômicos, sociais, políticos e culturais ocorridos no país, que levaram ao rompimento do acordo entre a CONSAG e o governo federal e à ocupação das terras também pelos originalmente excluídos, em um movimento típico de fronteira (Tucumã, 2006).

Após o rompimento do acordo, o GETAT assumiu a gestão da área, para reorganização da ocupação do território. O aglomerado da Guarita I, deu origem ao núcleo urbano de Ourilândia do Norte, e todo o processo culminou no desmembramento dos municípios de Tucumã e Ourilândia do Norte a partir de São Felix do Xingu.

Dentre as iniciativas do GETAT destacam-se a iniciativa dos projetos de colonização Carajás I, II e III, que resultaram nos Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE) I, II e III, cujo objetivo era reduzir a dependência externa de alimentos no Projeto Carajás. No ano de 1984, nos CEDERES II e III, foram assentadas 1.551 famílias em lotes de 10 alqueires (aproximadamente 50 ha) oriundas da região nordeste, sul e centro-oeste do Brasil. O CEDERE II foi uma das principais áreas produtivas do Pará, produzindo arroz, feijão e milho, com a extinção do GETAT a agricultura foi substituída por capim para a formação de pastagens (Diagonal Urbana, 2008; Cabral, Enriquez e Santos, 2011).

Tanto a produção agrícola dos CEDERE, quanto a exploração mineral da mina de Carajás constituíram o território de Parauapebas, município que se emancipou de Marabá em virtude da intensa dinâmica de exploração dessas minas pela CVRD. A mina foi inserida em um mosaico de unidades de conservação que garantiu pleno sucesso na preservação ambiental, mas a opção pela construção de uma Company Town para abrigar os funcionários qualificados, enquanto outros trabalhadores e migrantes em geral constituíram o núcleo urbano de Parauapebas, gerando problemas sociais ainda não superados, associados à intensidade da transformação e aos fortes fluxos migratórios. Nos anos 2000 o antigo território dos CEDERE I e II foi assumido pelo município de Canaã dos Carajás, e vem sendo assimilado pelas operações de mineração, com a implantação da mina do Sossego e posteriormente da mina S11D, com investimento de 20 bilhões de dólares, a maior mina de ferro em operação do mundo, o que explica processos agressivos de expansão urbana na cidade de Canaã, tanto quanto desafios sociais e institucionais distantes de serem equacionados.

Xinguara, última das cidades estudadas, foi desmembrada do município de Conceição do Araguaia, e encontra-se na interseção das rodovias PA-150 e PA 279, entroncamento que permite o acesso para aos rios Xingu (oeste), Araguaia (leste) e Tocantins (norte). Xinguara já esteve associada a ciclos de exploração de ouro e madeira e hoje destaca-se como local de moradia de pecuaristas que enriqueceram na região, polarizando a venda de gado negociado na PA 279 graças à prática de pagamento imediato dos lotes, que chegam a valer quinze milhões de reais (lote semanal negociado pela Fazenda Santa Bárbara). A cidade tem a expectativa de se beneficiar pela construção de um aeroporto de cargas que dará apoio à operação da mina S11D, do qual será a cidade mais próxima. Observe-se que foram mencionados estudos prévio à operação de mineradoras

estrangeiras, concorrentes da Vale em São Félix (Anglo American), Xinguara (Xtrata) e Tucumã (Mineração Caraíba).

### **3. Metodologia:**

Foram realizadas entrevistas com atores chave, inseridos nos setores público (órgãos municipais, representações locais de órgãos estaduais) e privado (produtores rurais, empresas), terceiro setor (cooperativas, sindicatos, organizações comunitárias) e moradores (história de vida, motivações, circunstância de chegada na região) em todas as cidades foco de estudo. Nas instituições visitadas houve coleta de diagnósticos, documentos oficiais, informes e notícias de interesse para o alcance dos objetivos. As sedes municipais foram objeto de levantamento fotográfico, evidenciando organização sócio-espacial e processos sócio-ambientais (padrões de uso e ocupação do solo, tipologias). Sempre que possível as visitas se estenderam às vilas e localidades rurais, onde foram realizadas entrevistas e levantamentos fotográficos. Toda a atividade foi precedida por discussão em grupo sobre os objetivos e potenciais da pesquisa, discussões intermediárias avaliaram os dados levantados e promoveram correções de curso, e a discussão de encerramento no último dia de campo. As informações coletadas foram contrapostas aos dados secundários (censo, bases de dados oficiais de acesso aberto, TerraClass), documentos e literatura sobre a região de forma a garantir a compreensão do documento por leitores que não tiveram contato direto com aquela realidade.

Equipe de professores: Roberto Monte-Mor (Cedeplar/UFMG); Ana Cláudia Cardoso (ITV DS/ FAU/UFPA); Paula Bastos (Naea/UFPA).

Estudantes: Harley Silva (DTI Cedeplar/UFMG); Sibelle Diniz (DTI Cedeplar/UFMG); Felipe Sudré (Cedeplar/UFMG); Carla Craice (Nepo/Unicamp); Claudia Nascimento (Naea/UFPA); Alex Bandeira (PPGAU/UFPA).

Etapas:

1. Preparação do campo: levantamento de dados econômicos, demográficos, informações históricas, institucionais, espaciais e relatórios disponíveis sobre a área de estudo, cartografia.
2. Planejamento do campo em reunião com todos os participantes para discussão de escopo teórico, articulação das abordagens, validação da agenda de atividades.
3. Levantamento de dados visando atender os objetivos específicos (dinâmica econômica e atuação de agentes nos circuitos superior e inferior, identificação de padrões de evolução e estruturação das cidades; identificação de padrões de consumo associados à circulação de informação e redes sociais, alternativas de desenvolvimento associados aos recursos naturais), realizado através de entrevistas, observação em campo, registro fotográfico geo-referenciado. As entrevistas e observações foram orientadas pelos interesses de pesquisa, e realizadas com atores chave.
4. Reuniões de trabalho para discussão e sistematização de informações e encaminhamentos para a pesquisa UrbisAmazônia.
5. Consolidação de informação e análise de documentos.



## **4. Objetivo Geral**

Coletar informações visando compreender a dinâmica socioeconômica e urbana da área de abrangência do Urbis 1.

### **4.1. Objetivos específicos**

- a. Compreender padrões demográficos da área de estudo.
- b. Identificar dinâmicas associadas ao circuito inferior, especialmente ligadas à economia popular e solidária, e sua articulação com o circuito superior manifestas na economia local e regional.
- c. Identificar atores que comandam as dinâmicas do circuito superior;
- d. Identificar alternativas de desenvolvimento associadas aos recursos naturais;
- e. Identificar padrões de consumo e de circulação de mercadorias e informações nas redes midiáticas e sociais.
- f. Levantar informações sobre a dinâmica imobiliária nas cidades.
- g. Compreender o processo de urbanização na área de estudo: identificar atores, e padrões de ocupação sócio-espaciais.
- h. Compreender a estruturação intraurbana das cidades.

## **5. Sistematização das observações e coletas de campo**

### **5.1. Estruturação sócio-espacial**

#### **5.1.1. Urbanização e padrões de ocupação sócio-espaciais.**

Houve mudança nas características da fronteira amazônica, atualmente prevalece o caráter urbano; há grande influência do circuito superior sobre a urbanização, particularmente da atividade de mineração, e dos setores comercial varejista e atacadista, e a constituição de um setor imobiliário de mercado viabilizado pelas novas regulamentações federais para o setor. Dentro dessa perspectiva observa-se uma mudança no papel da natureza no padrão de ocupação da região, que deixa de determinar a localização das cidades pela acessibilidade fluvial, e segue a racionalidade de exploração de recursos minerais e vegetais, a partir da logística rodoviária e ocupação de terra firme. O ritmo e intensidade de transformação provocados pela abertura de novas frentes de trabalho potencializam problemas sociais, a insuficiência e ineficiência de serviços básicos de saúde e educação, de provisão de moradia, transporte público e infraestrutura (especialmente de solução de saneamento), além do aumento da criminalidade e prostituição. Tais carências são recorrentes na região e agravadas pela falta de resposta do setor público (e privado) às demandas sócio-ambientais, e pela falta de referência a respeito de qualidade ambiental e urbanidade da população.

Na escala local esse padrão de urbanização potencializa um ciclo imobiliário, que se traduz na expansão prematura das cidades, baseada na conversão de áreas rurais já desmatadas em área urbana por meio de loteamentos irregulares, seja do ponto de vista fundiário e/ou urbanístico. A ênfase dos interesses imobiliários provoca a supressão de

matas ciliares, canalização ou aterro de rios e áreas de várzea e desmonte de morros, em desacordo com a legislação ambiental brasileira, reproduzindo os mesmos processos de exploração da natureza verificados na escala regional. Do ponto de vista social a produção de habitação é insuficiente e afastada das fontes de emprego e renda e dos equipamentos e serviços urbanos.

### **5.1.2. Dinâmica imobiliária e estruturação intra urbana.**

O déficit habitacional e carência de infraestrutura observados historicamente nas cidades da região têm sido potencializados por novos processos vinculados ao circuito superior da economia. Por um lado ocorre a implantação de atividades intensivas em mão de obra urbana, tais como a mineração (em sua fase de implantação), por outro a intensificação de controles ambientais que resultaram no abandono de estruturas espaciais associadas à exploração de madeira (serrarias, pátios de armazenagem), que são incorporadas à cidade através de loteamentos. A expectativa de crescimento populacional e de intensificação de processos econômicos (ALPA em Marabá, Aeroporto de Canaã, próximo de Xinguara, ampliação das operações da Vale em Ourilândia) alimenta um ciclo imobiliário que se manifesta em todas as cidades.

Via de regra observa-se migração de ativos de setores como a pecuária e exploração madeireira para o mercado imobiliário. Além disso, são oferecidas condições facilitadas de pagamento, e padrões variáveis de oferta de infraestrutura, conforme o público alvo. A produção de habitação de interesse social pelo poder público através de programas federais ainda é insuficiente, e também acompanha as dinâmicas de conversão de terras rurais corrente em cada cidade, mantendo o padrão de oferta de lotes ou habitação mais baratas e distantes para os mais pobres. Há articulação entre atores (política, econômica, financeira) na produção de novos empreendimentos, com casos frequentes de ampliação de perímetro urbano e descumprimento de determinações dos planos diretores e eventualmente da legislação ambiental brasileira, para produção de novos loteamentos, cujos lotes são adquiridos para construção de novas moradias, mas também para especulação com terra urbana. Essa estratégia resulta no espraiamento das cidades agravado pela ausência quase total de transporte público.

A exigência de diversificação de tipos de investimento por programas de financiamento proporcionou a entrada de produtores rurais no mercado imobiliário, em larga escala, a exemplo dos loteamentos da Buriti, presentes em Marabá, Parauapebas, Canaã, Ourilândia, Tucumã e Xinguara. Apesar dos problemas gerados, há interesse do poder público municipal no processo de expansão urbana devido à ampliação da arrecadação de impostos; contudo, o ritmo de edificação nos loteamentos é baixo.

---

## Marabá

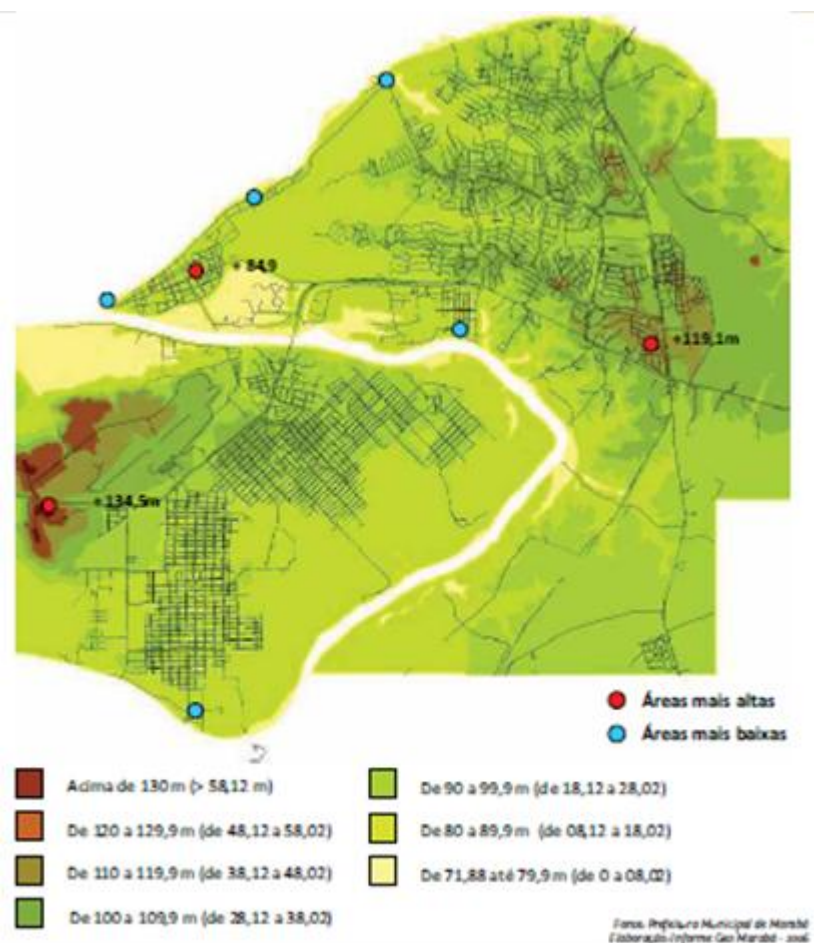
O município de Marabá conta com 75% de sua população concentrada na sede municipal. Por questões históricas a cidade é dividida em diferentes núcleos, reconhecidos como distritos administrativos: 1. Marabá pioneira, que corresponde à cidade ribeirinha tradicional localizada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas; 2. Cidade Nova, núcleo que contém o aeroporto; 3. Nova Marabá, núcleo planejado pelo governo federal; 4. Distrito Industrial e 5. Distrito de expansão urbana, com delimitação a ser definida por meio de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo. A cidade é atravessada pelas estradas mais importantes do Estado do Pará, o eixo norte/sul, constituído pela antiga PA 150, atual BR 155, e o eixo leste/oeste, constituído pela BR 230, conhecida como Transamazônica. A cidade é limitada a leste por uma estrada de ferro e tem seus núcleos conectados por meio de pontes sobre os dois rios (Figura 3).



Figura 3: Mapa turístico de Marabá, exposto em totem no centro da cidade, com indicação dos novos loteamentos. Acesso para área da ALPA a oeste.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A cidade foi objeto de estudo comissionado por convênio da ONU/MMA e Prefeitura Municipal de Marabá, finalizado pouco antes da elaboração do Plano Municipal por equipe da UFPA e PMM, com apoio do Ministério das Cidades. A seqüência de diagnósticos influenciou a contratação de investimentos para habitação e saneamento na cidade com recursos federais e estaduais desde 2007. O plano diretor procurou proteger áreas em cotas vulneráveis a alagamento (Figura 4), instituindo zonas especiais de interesse social e cultural, consideradas como prioritárias para implantação de projetos habitacionais de interesse social, que protegeram a área ocupada pelos ribeirinhos da Marabá Pioneira.



**Figura 4: Altimetria da cidade. Amarelo e verde claro sujeitos a alagamentos. Fonte: PMM, 2006.**

Atualmente a Cidade Nova é o maior núcleo, e a Nova Marabá é o segundo. São Félix, na margem oposta ao rio Tocantins, é o terceiro, com aproximadamente 3000 a 5000 famílias. Morada Nova, localizada a 12km ao norte de São Félix, ainda conta com algo em torno de 600 a 700 famílias. A Marabá Pioneira tem aproximadamente 4000 famílias, mas com maior número de pessoas por domicílio.

Os empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), Vale Tocantins (1090 casas) e Tiradentes (1400 casas) estão localizados na margem oposta à cidade do rio Tocantins próximos aos núcleos de São Félix e Morada Nova, graças à intervenção do atual prefeito que era vereador eleito pela região, e ampliou o perímetro urbano da cidade de modo a conter as duas vilas (Figura 5). Os empreendimentos contam com isenção de impostos e terra adquirida de particular pela Caixa. Há mais dois empreendimentos aprovados ao lado do Vale Tocantins com 3000 casas. O empreendimento colado na vila de Morada Nova, Jardim do Éden tem 993 casas e melhor padrão.



**Figura 5: Vista do empreendimento Vale do Tocantins, e de rua no núcleo de São Félix.**

Essa região tem o preço do lote para fins do programa MCMV na faixa de 2500 reais/lote, e é a única área onde a habitação de interesse social é viabilizada na cidade. Espera-se mais 5 loteamentos do programa MCMV na área, a serem executados pela empresa Romix, indicando que em curto espaço de tempo emergirá um núcleo novo a ser habitado pela classe trabalhadora. Atualmente não existe transporte de massa compatível com o adensamento previsto. Uma solução de transporte de massa para essa população seria a linha do trem. Outra solução possível seria o transporte fluvial. A Caixa exige que os equipamentos sejam implantados pela prefeitura nos empreendimentos ou adjacências, e garante que haja a implantação de infraestrutura e reserva de espaços públicos, conforme determina legislação federal e resoluções do MinCidades.

O fechamento das guseiras e carvoarias eliminou muitos empregos com salários bons comparados à qualificação exigida (uma pessoa com ensino fundamental tinha salário de R\$ 1400, 00). As guseiras se julgavam tão importantes para a economia local que não se prepararam para trabalhar corretamente, e foram fechadas com a intensificação do controle ambiental. A Cosipar é a única que trabalha direito e continua em operação.

Houve uma grande mudança com o anúncio da implantação da siderúrgica Aços Laminados do Pará (Alpa), quando o alqueire de terra nas proximidades da cidade passou de 15 para 60 mil reais. O processo começou com divulgação pela Vale para o empresariado das demandas da Alpa, em dois fóruns dedicados ao projeto, com apresentação dos números dos investimentos, apresentando demanda para o setor de serviços (hotel, restaurante) e logística. Esse empreendimento depende da derrocagem do rio Tocantins, ação que permitirá a recuperação da função histórica da cidade de entreposto de comércio atacadista, suspensa desde a interrupção do rio Tocantins pela construção da UHE Tucuruí.

Acredita-se, no setor empresarial, que após a implantação da hidrovía, o principal vetor da economia da cidade será a navegação, com escoamento da produção agrícola, em especial de TO e MT, e possibilidade de exportação para o mercado norte-americano. O escoamento da produção de boi vivo para o Oriente Médio, de carne e de motocicletas serão outras possibilidades. Outra expectativa é o crescimento da agroindústria na região sul do Pará, mediante preparação do solo, nessa perspectiva a produção de soja em Paragominas já é uma realidade.

Essa expectativa de crescimento, somada à facilidade garantida ao setor imobiliário pelo governo resultou em um primeiro boom imobiliário sucesso de comercialização em vários loteamentos (Figura 6, Figura 7). Foram dez mil lotes em loteamentos, vendidos em 15 dias no mês de dezembro de 2010. O grupo Buriti que atua em toda a região, e o grupo Leolar, ofereceram 11 mil lotes em etapas, e em ano e meio, 4 mil lotes foram vendidos, o que foi considerado uma boa velocidade. A perspectiva da população da cidade ultrapassar os 250 mil





imobiliário, mais consistente que o de 2010, devido à contribuição que o setor imobiliário para o PIB brasileiro (20%); contudo, segundo profissional do setor, o crescimento alcança primeiro as grandes cidades e capitais, em função da demanda reprimida, e só depois chega às cidades do interior de maior porte são atendidas, enquanto as pequenas ainda são esquecidas.

Atualmente a madeira está mais cara que o ferro em Marabá, os castanhais que sustentaram a cidade em meados do século XX acabaram, mas as elites que se impuseram a partir da economia extrativista se mantêm, diversificando atividades, com forte entrelaçamento da oligarquia rural com a burguesia urbana. O comércio varejista de luxo (concessionárias de carros importados) tem várias bandeiras de propriedade do mesmo fazendeiro da região.

O segmento imobiliário já é o segundo negócio mais importante de maior cadeia varejista da região, o grupo local Leolar, produtor de condomínio e do Shopping Center Pátio Marabá, que quando concluído associará lojas, escritórios e hotel e já está com 93% da área bruta de lojas vendida. Há outro shopping em construção ao lado do terminal rodoviário no km 6, da UNIC. A duplicação da rodovia resolveu os problemas de acessibilidade do shopping Pátio Marabá. O anel viário em execução contornando a cidade é destinado ao tráfego de cargas, e será importante para a instalação do pólo metal mecânico na cidade, que tem a Sinobrás como ponto de partida.

Contudo a informalidade é elevada na cidade, e o comércio é a principal fonte de renda. Espera-se que a Alpa gere 12000 novos postos, que dificilmente serão preenchidos por mão de obra local. Há carência de capacitação de trabalhadores para os setores em expansão. E a terra rural próxima da cidade já é ocupada com chácaras e sítios dos profissionais liberais de alta renda (especialmente os médicos).

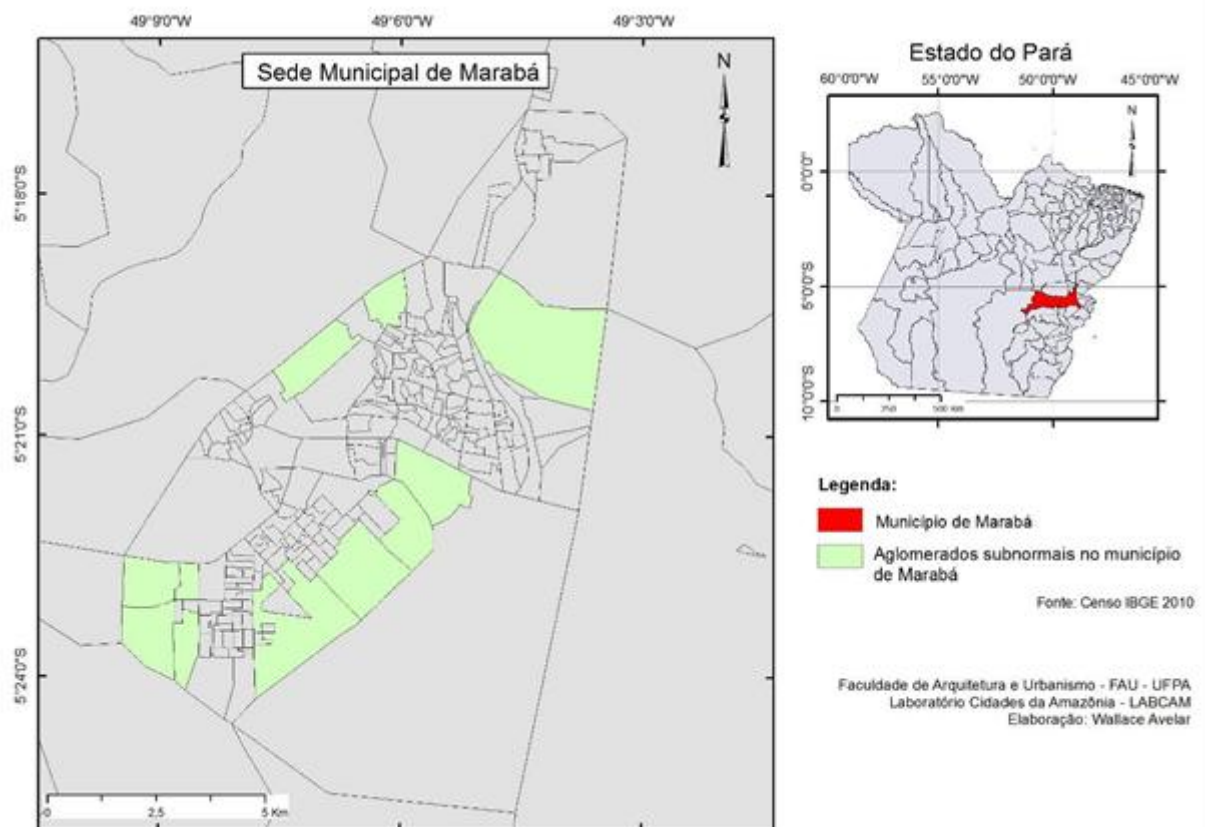
A produção de alimentos é importada, apesar dos donos das principais cadeias de supermercados (Alvorada e Valor) serem marabaenses. A cidade é chamada de cidade das caminhonetes, com grande densidade de pick ups. O veículo distingue seu proprietário e define sua relação com o território. Enquanto isso, há carência de calçadas e ciclovias, com maior percepção disso pela população mais pobre, após a duplicação da Transamazônica, que definiu o espaço de circulação a favor do veículo (execução do DNIT). Os novos condomínios fechados contaram com completa assessoria de profissionais baseados na região (projeto arquitetônico, pesquisa imobiliária, pesquisa mercadológica e publicidade) e contam com planejamento de área pública, de equipamentos e serviços típicos de uma cidade moderna, com ETE, área de lazer, circuito de *Cooper* e praças.

## **Distrito da Marabá Pioneira**

A localização privilegiada da Marabá Pioneira, na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, atribui-lhe grande importância histórica e regional. As cheias anuais favoreceram a formação dos novos núcleos, mesmo assim a Marabá Pioneira manteve sua importância, com comércio varejista forte, e alta densidade populacional de população tradicional. O núcleo conta com forte segregação sócio espacial; a orla conta com serviços e opções de entretenimento para todos os públicos, enquanto no bairro Francisco Coelho (conhecido como Cabelo Seco), bairro mais antigo da cidade, vive a população ribeirinha (ver figuras 9 e 10). O bairro era considerado assentamento precário, mas após obra de urbanização saiu dessa condição, de acordo com dados do IBGE (2012) (Figura 8).

Apesar das ruas serem pavimentadas, ainda não há água encanada para todos, a prefeitura construiu no meio da praça uma fonte de água onde os moradores abastecem suas casas diariamente (Figura 9, Figura 10). O bairro sofre alagamentos periódicos, ocasião em que a comunidade é abrigada na praça do bairro em abrigos da prefeitura. Existem muitos moradores que vivem da pesca e que paralelamente desenvolvem atividades informais e ocupam postos no

setor comercial. A praça central é o ponto de encontro da população, local da escola, da fonte de água coletiva e do um comércio que pratica a venda fracionada de produtos (ex: unidades de biscoito, mililitros de óleo, miligramas de arroz). Essa área merece atenção por demonstrar o quanto o espaço é instrumental para o pobres, onde localização, tipologias e arranjo espacial permitiram que a população permanecesse ali por gerações. Com a construção do muro de arrimo contornando o núcleo, houve remoção de palafitas e a introdução de novas tipologias na área. A orla constitui-se espaço nobre, para onde ainda estão voltados quintais. Espera-se que não haja gentrificação na área e que as determinações do plano diretor favoreçam a permanência dos ribeirinhos (Figura 11, Figura 12, Figura 13).



**Figura 8: Espacialização dos assentamentos precários de acordo com classificação do IBGE (2012).**

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Elaboração Labcam/FAU/UFPA.





**Figura 9– Comércio varejista da Marabá Pioneira e tipologias do bairro Francisco Coelho.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 10 – Abastecimento de água pelo comércio popular no bairro Cabelo Seco.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 11 – Muro de arrimo do rio Tocantins, no bairro Francisco Coelho. Tipologias introduzidas para remanejamento das palafitas existentes na margem do rio.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 12 – Praia do Tucunaré, na ilha em frente à Marabá Pioneira, local de lazer diurno, e orla do núcleo, ponto de encontro noturno.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 13 – Uso do rio pelos ribeirinhos. Escola do sistema Pitágoras localizada na área residencial de maior padrão (tradicional), vizinha ao bairro Francisco Coelho.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

### **Distrito de Nova Marabá**

Na década de 60, a localização de Marabá já era avaliada como de forte potencial para um polo regional, levando o governo federal a investir na implantação da Nova Marabá em terras mais altas e de concepção modernista. A Nova Marabá foi o ponto de partida para a colonização de terras ao longo da estrada Transamazônica no sentido Altamira. Essas ações foram relacionadas a uma ação mais ampla, o Programa de Integração Nacional (PNI), criado em 1970, que financiou o plano mestre primeiro para a cidade de Marabá "(Tourinho, 1991). Em 1981, a SUDAM entregou a responsabilidade de terminar a construção da cidade ao município de Marabá. A partir desse momento, a área foi ocupada de modo informal e o objetivo de transportar os moradores da velha Marabá para a nova não foi atingido (Cardoso, 2011).

A Zona Central da Nova Marabá corresponde às duas margens da Rodovia Transamazônica e da Via Preferencial 08, às folhas 32, 31, 30, 26, 27, 28, 29 e 34, e caracteriza-se pela concentração de usos comerciais, de serviços e institucionais, além do habitacional (Figura 14). É considerada a área mais nobre da cidade, com melhor infraestrutura, construções mais modernas, prédios de pequeno e médio porte, e início de processo de verticalização. Nas margens da Transamazônica estão localizadas as concessionárias, revendas de motos e caminhão.



**Figura 14 – Vista da Praça da Prefeitura (E) e canteiro de obras de torre de apartamentos (D).**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

A Zona Intermediária da Nova Marabá corresponde às folhas 23, 22, 20, 16 e 17, e caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, pela ocupação e arruamento claramente definidos.

A Zona de Expansão da Nova Marabá corresponde às folhas 14, 15, 12, 11, 10, 9, 8, 18, 19, 13, 5, 6, 7, 33 e ao Km 07, e caracteriza-se pela insuficiência de infra-estrutura e pela ocupação em aclives e declives na vizinhança do Rio Tocantins, do Rio Itacaiúnas, da Rodovia PA 150 / Ferrovia Carajás. Nessa área foram observadas diretrizes referentes à restrição da ocupação pelo uso habitacional em faixa de largura variável entre 100 e 200m conforme topografia, ao longo dos rios Tocantins e Itacaiúnas, assim como, a preservação do varjão existente entre as folhas 13 e 14 e o Rio Tocantins. Algumas dessas quadras se constituem assentamentos precários conforme Figura 8 (Figura 15).



**Figura 15 – Vista das quadras na margem do rio Tocantins (E), e na margem do rio Itacaiúnas (D).**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

## **Cidade Nova**

Nas margens do rio Itacaiúnas existia um assentamento rural, que foi rapidamente substituído por um assentamento urbano, constituindo o terceiro núcleo urbano do município. O pivô para este terceiro núcleo foi o aeroporto e a casa oficial do Estado. Este terceiro núcleo foi chamado de Cidade Nova, formado através da fusão de várias áreas públicas e privadas cercadas por planícies vulneráveis a inundações, consideradas assentamentos precários pelo IBGE (Figura 8) (UFPA / PMM, 2006).

A zona central da Cidade Nova corresponde aos bairros Cidade Nova, Agrópolis do Inkra e Novo Horizonte, caracterizados pelo predomínio dos usos de comércio, serviços e institucional,



com espaços de vitalidade comparável ao da orla do Tocantins na Marabá Pioneira à noite (Figura 16, Figura 17).



**Figura 16 – Vista de área comercial com lojas de grifes nacionais (Carmem Sttefens e Triton)**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 17– Região da Praça São Francisco em vista diurna (acima) e noturna (abaixo). Praça é ponto de encontro, venda de alimentos, shows e diversão infantil (playgrounds).**

A Cidade Nova comporta a expansão da cidade, com bairros onde ocorre verticalização, e construção de residências de alto padrão (Figura 18) e assim como contêm assentamentos precários totalmente desprovidas de infraestrutura (Figura 19, Figura 21).



**Figura 18 – Conjunto de prédio e Casa de Alto Padrão.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 19 – Vista de rua no Bairro Novo Horizonte convivendo com diferentes tipologias de ocupação**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

Problemas ambientais foram observados como a ocupação em direção ao rio Itacaiunas e a destruição de sua mata ciliar (Figura 20).



**Figura 20 – Vista parcial de condição da margem do rio Itacaiunas.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 21 – Vista parcial de rua no Bairro Liberdade.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

A zona intermediária da Cidade Nova corresponde aos bairros Laranjeira, Bom Planalto e Belo Horizonte e caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, ocupação e arruamento claramente definidos, e provisão parcial de infra-estrutura.

A zona de expansão da Cidade Nova corresponde aos demais bairros do distrito, em meio ao processo de consolidação, e às demais áreas passíveis de urbanização, existentes dentro do limite estabelecido pela cota de risco, zona de entorno do aeroporto e delimitação de perímetro urbano, e dentre as diretrizes contidas no Plano Diretor Municipal observamos a que propõe a adequação das propostas de loteamento à legislação específica e regras estabelecidas pelo poder público para a promoção de loteamentos, considerando, sempre, a estrutura viária básica existente e a proposta.

## **Distrito Industrial**

A parte da cidade que comporta o distrito industrial é bem estruturada e comporta indústrias siderúrgicas como a Carajás e a Sinobrás (Figura 22, Figura 23), onde grande parte da população de Marabá trabalha. Parte das siderurgias foram fechadas em função da quebra dos fornos na operação do Ibama de 2004, que forneciam o carvão utilizado pelas mesmas, com a localização da Alpa à oeste da cidade, na margem do Tocantins, constitui-se um novo vetor de localização de loteamentos empresariais e até mesmo de loteamentos residenciais, apesar do risco de poluição do ar por ocasião da operação da siderúrgica.



**Figura 22 – Usina Siderúrgica Carajás e Sinobrás.**



Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 23 – Material publicitário de lançamento de loteamento empresarial.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

A série de imagens abaixo permite mostra percurso do vôo comercial no sentido norte e permite que se compreenda o quanto as áreas que recebem empreendimentos de habitação de interesse social estão afastadas da Rodovia Transamazônica, principal eixo comercial da cidade (Figura 24, Figura 25, Figura 26, Figura 27).



**Figura 24 – Vista da Nova Marabá de aeronave, em vôo comercial. Observar Rio Itacaiunas à direita, e rio Tocantins à esquerda, área alagável conhecida como varjão vegetada.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 25 – Seqüência de fotos apresenta margens do rio Tocantins (direita), e margem esquerda do mesmo rio, com destaque para as milhares de unidades de habitações construídas pelo PMCMV no lado oposto da rodovia à Vila de São Félix.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 26 – Seqüência de imagens avançando ao norte em direção à vila de Morada Nova. Ver unidades habitacionais (foto da direita) e loteamentos (foto da esquerda).**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.



**Figura 27 – Ainda na direção norte, localizar loteamentos das fotos anteriores, e novo empreendimento do programa na foto da direita. A distância deste assentamento da margem do rio é de 12 km.**

Fonte: pesquisa de campo, 2012.





## Parauapebas

A cidade de Parauapebas tem como eixo de estruturação original a estrada PA-275, que dá acesso às instalações da Vale e ao mosaico de unidades de conservação de Carajás. A ocupação ao longo da PA 275 é a mais consolidada, e a rodovia continua estruturando a expansão da cidade dedicada ao segmento da população com maior renda (leste), onde estão se concentrando condomínios e loteamentos de alto padrão, estabelecidos ao longo dessa rodovia em formação de espinha de peixe.

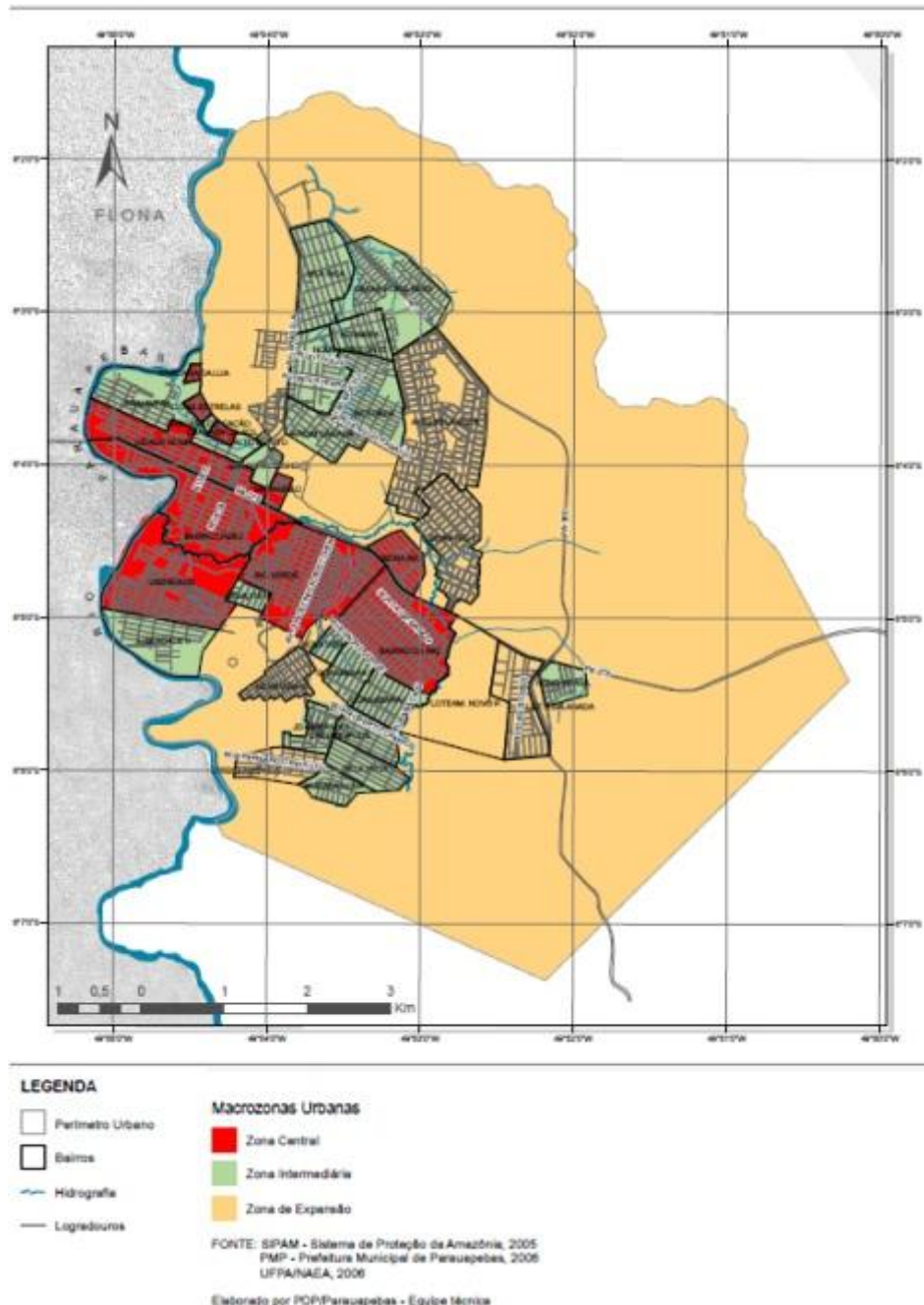
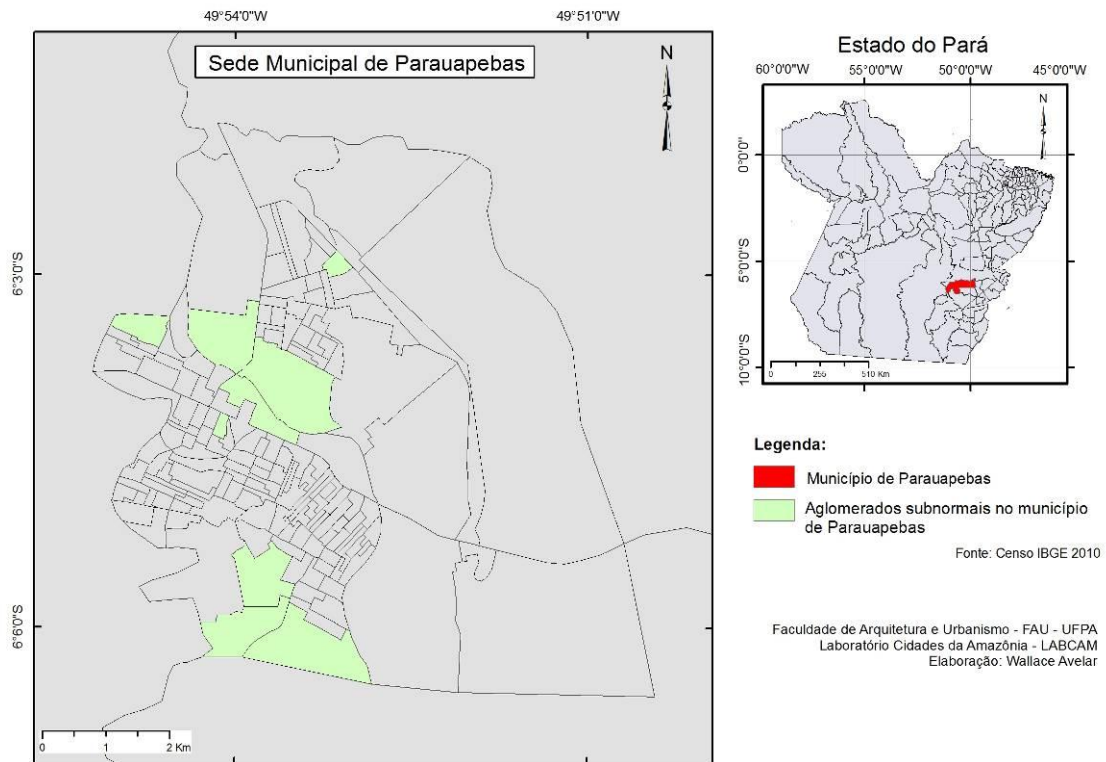


Figura 28 – Mapa da Cidade de Parauapebas

Fonte: Parauapebas 2006

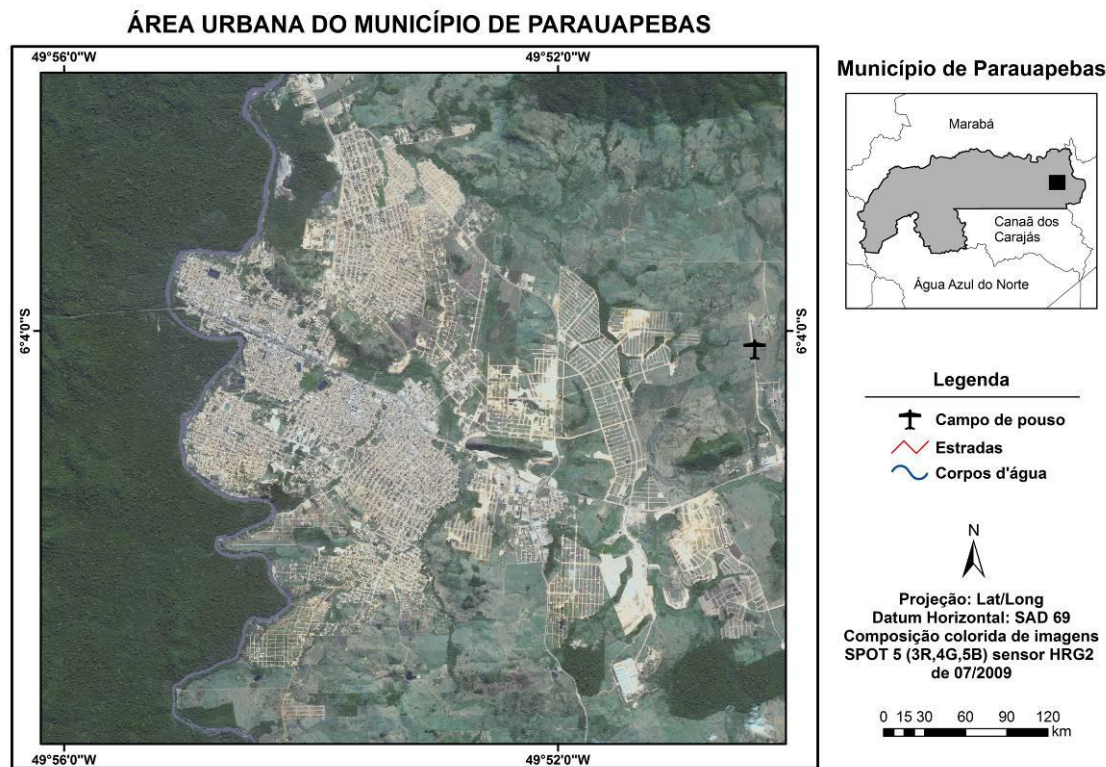
A PA 160 funcionava como via de contorno, mas a partir da concentração de assentamentos precários ao norte, e produção de habitações pelo programa Minha Casa Minha Vida no lado oposto dessa rodovia, esta também assume papel estruturador na expansão da cidade. Além das rodovias não existem eixos que organizem globalmente a cidade, não existe um plano de alinhamento que estruture espacialmente a cidade e estabeleça condições de conexão entre o mosaico de parcelamentos que a compõem. Os acidentes naturais (rios e morros) eram obstáculos à ocupação, que vêm sendo alterados de formas diversas tendendo à supressão e destruição (Figura 28, Figura 29).



**Figura 29 – Aglomerados subnormais no município de Parauapebas.**

Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU – UFPA

A Figura 28 apresenta as macrozonas urbanas definidas pelo Plano Diretor Municipal, que divide a cidade em três zonas: 1. Zona central; 2. Zona intermediária e 3. Zona de expansão. A Zona central corresponde ao bairro União, Cidade Nova e Rio Verde (Parauapebas, 2006). Caracteriza-se pela concentração de comércio e serviços organizados ao longo da PA 275, por maior intensidade de consolidação, ilustrada pela melhor qualidade dos espaços públicos e das edificações (Figura 31).



**Figura 30 – Cidade de Parauapebas**

Fonte: Spot 5. Elaboração: INPE, 2012.

A Zona intermediária corresponde aos bairros Rio Verde, Beira Rio, Bairro da Paz e Bela Vista ao sul e Jardim Canadá, Bethânia e Novo Horizonte ao norte e se caracteriza pelo uso predominantemente residencial, e ocupação definida por loteamentos e assentamentos reconhecidos como assentamentos precários pelo IBGE (2012). A Zona de expansão é composta por assentamentos formais e informais. Compreende as áreas passíveis de serem urbanizadas e que são limítrofes aos bairros da Guanabara, Caetanópolis, Jardim América, Bela Vista, Liberdade ao sul e Altamira, Vila Rica e Nova Vida localizados ao norte, ao longo da PA 160 (Parauapebas, 2006). É uma parte que se desenvolve ao longo da PA 275 onde se concentram os condomínios de alto padrão, em sua massa maior ainda não edificadas (Figura 32), e apoiados pelo shopping Center, que já é considerado a melhor alternativa de lazer da cidade (Figura 33). Ressalte-se que não existe transporte público formal na cidade, e que essa direção de expansão é claramente dependente do transporte individual. Cursos d'água e elementos naturais não são valorizados como espaços de contemplação, e tendem a ser removidos da paisagem para viabilizar novos loteamentos com claro conflito entre interesses imobiliários e tratamento de áreas de preservação permanentes urbanas (morros e matas ciliares). Os morros são ocupados por assentamentos precários ou transformados em piçarreiras (Figura 34, Figura 35), até seu completo desaparecimento. Ocorre que nos condomínios fechados a natureza é recriada pelo setor imobiliário por meio de palmeiras e lagos artificiais (Figura 36).

Contudo, a Prefeitura foi transferida para o alto de um morro articulada à construção de uma praça como mirante para a cidade garantindo visibilidade privilegiada para o equipamento, que não corresponde à leitura de como acessá-la, ampliando a distância entre população e poder local (Figura 37).



No quadrante norte da área de expansão estão localizados intervenções do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida, que por seguir diretrizes do governo Federal serve de parâmetro sobre o que novos loteamentos deveriam oferecer em termos de infraestrutura e áreas para uso público (Figura 38); a responsabilidade de implantação de equipamentos de educação e saúde nesses empreendimentos é do município, o que ainda não ocorreu no Bairro dos Minérios, já habitado em Parauapebas.

É preciso que se ressalte que a Vila que atende os funcionários da Vale conta com um padrão exemplar de infraestrutura, suporte para manutenção predial, áreas verdes de uso coletivo, parque zoobotânico (Figura 39), equipamentos públicos, serviços e regras rígidas de convivência para moradores. O fato da vila estar contida na Flona de Carajás justifica o controle de acesso na portaria da Floresta Nacional (Flona) de Carajás; cada visitante deve ser autorizado por um funcionário que se responsabiliza pela sua conduta (objetivo de restringir caça, e comportamentos de risco para a fauna e flora). O parque zoobotânico é aberto para a comunidade, e serve de apoio para recuperação de animais machucados ou com dificuldade de retorno para a vida selvagem. A vila é considerada lugar interessante para famílias com crianças, mas criticada por solteiros que preferem ter receber o auxílio moradia e se instalar na cidade. A necessidade de compartilhar imóveis ou mesmo quartos (nível técnico) com desconhecidos é vista por alguns funcionários como um problema. Contudo a “carência” de moradias para funcionários na cidade resultou na decisão pela duplicação das moradias na vila, como solução para as filas que tomam noites inteiras (das 23 às 5 h) para acesso a senha para compra de lotes nos loteamentos de alto padrão em execução na cidade. Contudo ainda não se verifica produção de casas nos loteamentos, o que pode significar forte ação especulativa em função de expectativa de intensificação da mineração na região. Diz-se que os preços são comparáveis aos da Av. Paulista em São Paulo, o que significa que embora haja muita circulação de riqueza, a baixa capacidade de atender a demanda por habitação e outros produtos, eleva os preços apesar da também baixa qualidade dos mesmos.



**Figura 31 – Área consolidada (E) e espaços públicos (D) ao longo da PA 275.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 32 – Folder publicitário do condomínio de alto padrão em Parauapebas (E) e Stand de vendas do mesmo condomínio (D).**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 33 – Shopping Center em Parauapebas**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 34 – Morro ocupado por assentamentos precários.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 35 – Áreas de morros transformado em piçarreira.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 36 – Palmeiras e lagos artificiais internos no condomínio residencial.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 37 – Prédio da prefeitura**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.





**Figura 38 – Casas (E) e Área pública (D) em empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida do Bairro dos Minérios.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 39– Organização do espaço da rua (E) e Zoológico (D) na Vila da Vale em Carajás.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



## Canaã dos Carajás

O município de Canaã dos Carajás abriga as serras Onça e Puma, onde ocorre o maior investimento dedicado a exploração de minério de ferro do mundo, da ordem de 20 bilhões de reais, e onde a companhia já operava a mina do Sossego. As operações de mineração justificaram a implantação de estradas no sentido leste oeste, e a riqueza do sub-solo alterou completamente o valor da terra tanto no meio rural quanto na cidade. Os investimentos na mineração têm atraído uma grande quantidade de migrantes, com expectativa de crescimento da população de 20 para 100 mil habitantes na próxima década, o que tem gerado um processo voraz de conversão de terras rurais em urbanas. Em 2007 foram identificados sete mil lotes vazios, hoje há uma quantidade ainda maior que já seria capaz de absorver os 150 mil habitantes.

A cidade tem como eixo principal a PA 160, que funciona como principal avenida de comércio e serviços (Figura 40), com grande movimento de pessoas e veículos. A cidade é composta por um mosaico de assentamentos que mesclam áreas apoiadas pela Vale para provisão de infraestrutura (água, saneamento, pavimentação) (Figura 41), e áreas carentes que avançam sobre morros e que deveriam ser atendidas pela prefeitura (Figura 42, Figura 43). Em Canaã a estratégia da Vale foi de não segregar funcionários em uma *company town*. É o lugar onde a assimetria entre setores público e privado é mais gritante, com gestão deficiente e tendenciosa. Os royalties pagos (6 milhões /mês) ao município chegam a ser negociados em operações de empréstimo de até 20 milhões de reais, e não vêm sendo usados para investimentos sistemáticos na cidade. Os processos de parceria com a Vale têm dimensionamento incompatível com o escopo das ações. Nesse contexto observa-se o quanto um setor público organizado e uma sociedade estruturada são um ativo importante para a operação de uma grande empresa.

Desde 2002 o perímetro urbano de Canaã dos Carajás mudou mais de seis vezes, com constituição de bolsões de pobreza em 19 assentamentos informais instalados em áreas públicas, e consolidação desse tipo de assentamento nos bairros Novo Brasil, Pintinho e Novo Horizonte (Figura 45).

Há expectativa de abertura de dez mil novos empregos pela Vale na mina S11D, estes postos exigem qualificação acima do que a população dispõe, e são destinados a profissionais que migram para a cidade contratados pela Vale e por terceirizadas. Tal expectativa de crescimento populacional justificou operações imobiliárias como a realizada pelo Sr. César Andrade que adquiriu uma fazenda com pagamento após seis meses, contratou os serviços para loteamento da terra mediante pagamento em lotes, no valor de mil reais o lote; com a venda do loteamento da metade mais afastada da fazenda pagou todas as despesas, e se capitalizou loteando a segunda porção, onde os lotes tiveram preço de venda de 60 mil reais. Os lotes contam com arruamento, água e energia, e são vendidos até por 100 mil reais (10x30m). Este agente tem operado em outras áreas da cidade, ampliando seu patrimônio, e expandindo a cidade com loteamentos de melhor padrão, também conta com o apoio do setor de comércio varejista da cidade por conta de laços de parentesco. Há lotes nos novos loteamentos que foram edificados com duas casas, um arranjo com quatro casas rende quinze mil reais de aluguel por mês para um investidor (Figura 46).

As terras do INCRA ainda estão em processo de transferência para o município. O interesse de produção de novos lotes esbarra nas determinações do plano diretor e o caso do loteamento irregular localizado ao norte da cidade ilustra a tensão entre atores

locais. O loteador recorreu à Secretaria Estadual de Meio Ambiente para obter licença para o loteamento e ao Ministério das Cidades, demonstrando segurança na sua capacidade política de conduzir a questão, enquanto autoridades locais são apoiadas pelo promotor público na garantia de que o Plano Diretor seja respeitado. Não há lançamento de IPTU, e as mudanças de perímetro urbano são estratégicas para evitar envolvimento do governo federal no processo de legalização das terras. As terras loteadas não eram regularizadas, mas passam a ser quando o processo transfere-se para a área urbana.

O esgoto que é coletado nas áreas construídas pela Vale é jogado in natura no rio, pois o sistema não está em operação porque o diretor do SAAE levou as bombas para sua fazenda de criação de pirarucu. Nas áreas sem infraestrutura fossa negra e poço amazonas aparecem lado a lado, com elevada contaminação dos lençóis freáticos mais rasos. Na época das chuvas há muita lama, e na época seca muita poeira na cidade, situação típica em toda a região.

Há carência de área para instalação de equipamentos públicos, que estão espalhados pela cidade dificultando o acesso aos mesmos, e ocupação informal de áreas impróprias para habitação, como a área de acesso da estação de tratamento de esgoto e a encosta da única serra que é de propriedade da prefeitura, adquirida pela Vale e repassada ao município para preservação especialmente das nascentes que contribuem para o manancial que abastece a cidade. A disputa por terras é tão grande que a negociação com os proprietários de terra para a designação de uma área para cemitério foi muito demorada, e precipitada pela efetiva falta de lugar para enterrar os mortos. A cidade tem empreendimento do PMCMV em andamento, com execução de 1500 unidades, e estimativa de que 950 famílias estejam sem moradia adequada (Figura 47 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Há intensa produção de flats, chamados de “condomínios”, de quitinetes destinadas a solteiros, com padrões e valores de aluguel diversos, destinados a diferentes perfis de inquilinos (empregados e desempregados) (Figura 48). A grande incidência de solteiros também dinamiza o negócio da prostituição vizinho aos pontos de venda de drogas. Há casos de adolescentes com 13 anos e três filhos, e são comuns os casos de abuso sexual de crianças pequenas.

A áreas construídas pela Vale para abrigar funcionários acompanhados de suas famílias contam com casas amplas, e infraestrutura (água encanada, esgoto, e asfalto) mas o objetivo de irradiar essa infraestrutura para o resto da cidade, urbanização para atrair e consolidar a mão de obra (Figura 41).

As novas tecnologias de mineração adotam menor quantidade de mão de obra, cada vez mais qualificada, causando uma desarticulação entre fluxo migratório crescente e disponibilidade de postos de trabalho.

Leitura do diagnóstico do Plano Diretor Municipal e das diretrizes para a estruturação da área urbana do Plano, revela que são definidos parâmetros compatíveis com cidades mais consolidadas, ilustrado pelo detalhamento de normas específicas para edificações, antes da compreensão dos consensos existentes, ou dos processos locais de exploração da terra e expansão urbana, indicando que não há aderência entre a realidade e a concepção de controle urbanístico proposta, tornando inócuos seus encaminhamentos.

Atribuímos esse descompasso, à contratação de equipes provenientes de centros mais avançados e que tendem a transportar essa realidade para a região, o que demonstra a pouca credibilidade na capacidade dos profissionais da região, ou baseados na cidade,

com vivência das dificuldades cotidianas. O emprego dos recursos em capacitação formação de uma massa crítica na região é premente, para que exista alguma sincronia entre estratégia de planejamento e condições de consolidação da cidade.

Os funcionários qualificados são atraídos pela oferta de benefícios tais como existência de hospital e escola de qualidade (Escola do Futuro) para funcionários da empresa. Além disso, a Vale disponibiliza para funcionários e seus familiares passagens mensais para Belo Horizonte, por R\$ 150,00 através do serviço denominado aero vale, muito utilizado para tratamento de saúde fora de domicílio.

A contraposição dos benefícios dos funcionários da Vale à carência do resto da população expressa forte desigualdade; os problemas mais diagnosticados no hospital privado refletem a precariedade da saúde pública em geral (diarréia, dermatite, verminose). O pagamento de royalties não é suficiente para a provisão de equipamentos e infraestrutura compatível com a demanda, o que coloca a interlocução entre setores público e privado como ponto fundamental. Tal interlocução historicamente ocorreu através dos níveis mais elevados (entre direção da empresa e governo federal) e pode evoluir no âmbito local por meio da atuação da gerência de relacionamento com a comunidade se houver boa capacidade de escuta e articulação da comunidade e dos funcionários da empresa para solução das necessidades do cotidiano.



**Figura 40 – Vista aérea da cidade de Canaã dos Carajás.**

Fonte: Google Maps



**Figura 41 – Vista de Bairro estruturado pela Vale**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 42 – Loteamento sem infraestrutura.**



**Figura 43 – Avanço do loteamento sobre área de morro.**



**Figura 44 – Projeto de loteamento realizado por proprietário de terra rural.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 45 – Bolsões de pobreza no município. Ocupação do Motocross, a maior da cidade.**



**Figura 46 - Conjunto de quatro casas cujos alugueis somam 15 mil reais; via de acesso do condomínio Novo Horizonte.**



**Figura 47– Implementação do Projeto Minha Casa Minha Vida em Canaã dos Carajás.**



**Figura 48 - Quitinetes para desempregados (esquerda) e empregados (direita).**



**Figura 49- Casa de alto padrão, e habitação da periferia abastecida por poço amazonas.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

## **Ourilândia do Norte**

O município de Ourilândia conta com grande extensão de áreas indígenas, e atualmente abriga operações de níquel da Vale, com minas, alojamentos e fornos localizados no município. Um problema técnico nos fornos suspendeu o processamento do níquel por um ano, o que levou à saída de muitas empresas da cidade e dispensa de trabalhadores. Há desaceleração dos processos de expansão urbana e os aluguéis de Ourilândia já estão mais baratos do que os de Tucumã. A prefeitura tem um bom relacionamento com a Vale, e informa que não existem ocupações na área urbana. Há carência de habitação que está sendo enfrentada com a produção de casas através do programa de operações coletivas, financiamentos do PAC para saneamento, regularização de terras e da oferta de quitinetes. A negociação para acesso a recursos para habitação e a elaboração de projetos para todas as cidades onde há operações da Vale foi feita pela Fundação Vale, o que assume maior importância nos municípios menores. No momento a exploração de níquel está acontecendo em parte das serras localizadas em São Félix do Xingu, e os royalties estão sendo pagos apenas para aquele município. Tanto Ourilândia quanto Tucumã oferecem moradia para os migrantes, e o transporte público ainda é restrito à conexão entre as duas cidades

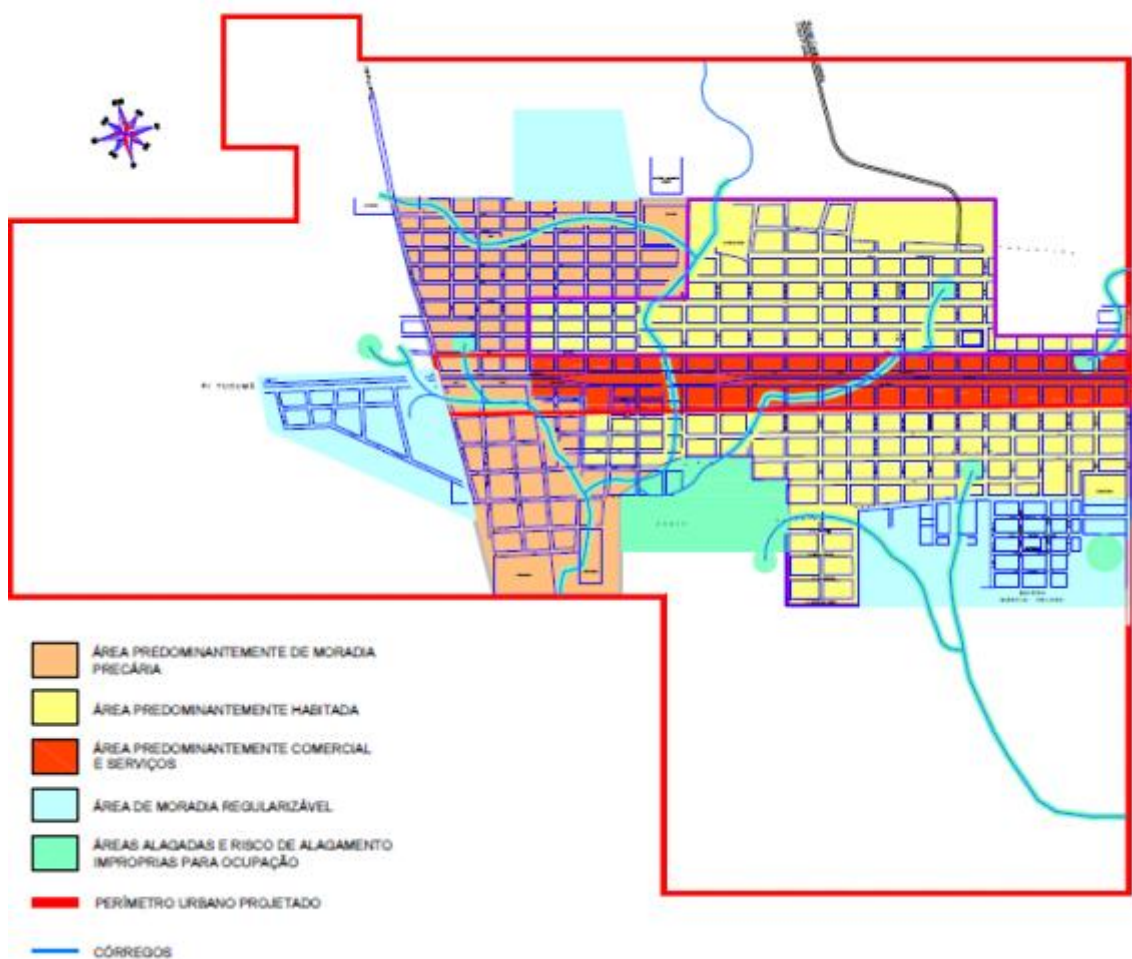
A implantação de equipamentos é financiada pela Vale (educação, esporte), com alto grau de capacitação de professores. A prefeitura adquire 38% da merenda escolar do MST, oriunda de assentamento próximo do aeroporto, que abastece grande parte das necessidades da população. Existem convênios entre a Vale, a prefeitura e a Polícia Militar que ampliaram o efetivo de 8 para 40 homens na cidade. A Vale construiu o quartel, casas, equipamentos, celulares, fardamento, e bolsas para os filhos dos policiais para a escola Pitágoras (escola privada que atende todas as cidades onde a Vale opera). O convênio conta com reuniões mensais de avaliação da segurança pública na cidade. A iniciativa não foi ampliada para a Polícia Civil porque a instituição condicionou convênio ao atendimento de todo o estado.

Essa ação é destacada pela prefeitura por conta da rota do tráfico de drogas, com plantações em São Felix e distribuição via Redenção. Há investimento em profissionais da área social (4 assistentes sociais, 3 psicólogos), nas creches, APAE, casas de passagem indígena), viabilizadas pelos acordos de compensação social e ambiental da Vale com a prefeitura, e destaca-se a predominância de fé evangélica (36 igrejas evangélicas e 6 igrejas católicas) na cidade, característica de origem da cidade.

A cidade é cortada pela PA 279. O Plano Diretor divide a macrozona urbana em Sede Municipal e a Sede do Distrito Campinho (vila com 22000 habitantes). A sede municipal é composta por nove bairros. As diretrizes relacionadas ao uso e a ocupação do solo urbano foram remetidas à lei específica posterior ao plano. O plano divide a cidade em quatro zonas: 1. Zona de Recuperação e Conservação dos Córregos; 2. Zona de Reestruturação de Uso Misto; 3. Zona Reestruturação Habitacional; 4. Zona de Qualificação Urbana (Ourilândia, 2006).

Com relação ao uso do solo, a cidade foi dividida conforme mapa a seguir:





**Figura 50– Mapa de uso do solo da cidade de Ourilândia.**

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

A pecuária de leite (modalidade de extrativismo leiteiro) e os projetos minerais são os grandes dinamizadores da economia de Ourilândia. O comércio apesar de pequeno é muito variado, e concentrado ao longo da rodovia (Figura 51).



**Figura 51 – Vista da Rodovia PA 279, e de loja de departamentos na área central de Ourilândia do Norte.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

As condições de infraestrutura pioram proporcionalmente à distância da rodovia (Figura 52). A área mais precária (oeste) apresenta graves problemas ambientais dos quais a supressão e contaminação dos cursos d'água é o mais freqüente, por carência de saneamento e de pavimentação (Figura 53). O Plano Diretor Municipal estabelece a Zona de Recuperação e Conservação dos Córregos com diretrizes básicas de combate ao parcelamento às margens dos córregos, a promoção da destinação correta de efluentes e o reflorestamento das matas ciliares á margens destes.



**Figura 52 – Condições de infraestrutura precária em bairros afastados da cidade.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 53 – Vista de supressão do curso d'água em via de Ourilândia do Norte.**

Fonte: Pesquisa de Campo 2012.

Na porção consolidada da cidade os alojamentos da Vale contam com ruas asfaltadas, água encanada e tratamento de esgoto.



**Figura 54 – Padrão de urbanização em área urbanizada pela Vale.**

Fonte: Pesquisa de Campo 2012.

A escola do sistema Pitágoras atende os filhos dos trabalhadores da Vale, dos empresários e políticos locais. Nas áreas próximas da vila da Vale os serviços são mais sofisticados, com destaque para o supermercado Igarapé que possui um mini shopping e uma choperia.



**Figura 55 – Colégio Pitágoras. (E) e Supermercado Igarapé em Ourilândia do Norte.**

Fonte: Pesquisa de Campo 2012.

Existe uma relação de complementaridade entre Ourilândia e Tucumã, no que diz respeito às ações do setor privado, mas que não é reconhecida pelo setor público. Não há interlocução entre as duas prefeituras, embora ambas sejam afetadas pelo aumento de população e pela dinâmica de contratações ou desemprego. Por uma questão de sobrevivência, o comércio varejista e a oferta habitacional pelo setor privado são organizadas de forma mais interdependente.

A prefeitura de Ourilândia procura distribuir os investimentos no campo e na cidade, e destaca a extensão de vicinais (900km), a cobertura do programa Luz para Todos (85% da zona rural), o rebanho de 680 mil cabeças de gado, e a feira do cacau como evidências do cuidado com a vida rural, embora haja carência de salas de aula. O cacau cresce em importância econômica, acompanhando a tendência de toda a região.

## Tucumã

O município de Tucumã surgiu em consequência da implantação do Projeto Carajás em 1977, e da necessidade do governo federal colonizar um grande espaço vazio existente na Gleba Carapanã. Tucumã foi o maior projeto de colonização particular brasileiro, implantado numa superfície de 400.000 ha de terras pela Construtora Andrade Gutierrez. Além de lotes rurais, foram distribuídos 12.771 lotes urbanos para comércio, indústria e residências (Tucumã, 2006).

A cidade de Tucumã foi implantada perpendicularmente à rodovia PA 279, e conta com uma hierarquia viária organizada e desenho de ruas que respeitam a declividade do terreno. A área mais dinâmica é a mais próxima da rodovia, onde se concentra o comércio de maior porte, e a partir de onde se organiza o comércio varejista. Os rios Branco e Fresco são limites naturais da cidades na direção leste. Entretanto a proximidade de Ourilândia, cidade vizinha localizada a menos de 10 km de distância, concentrou usos periurbanos (olarias, serrarias) que tendem a ser substituídos por condomínios fechados da Buriti Imóveis (figura 1, 2 e 3), constituídos a partir da expectativa de ampliação do número de funcionários da Vale na região. Tais empreendimentos surgiram a partir da diversificação de operações de grupos de madeireiros e pecuaristas e das novas regras do setor financeiro, articulados a proprietários de terras locais, para a execução das ações sofisticadas de incorporação imobiliária.



**Figura 56 – Implantação de Condomínio Residencial da empresa Buriti na PA 279, entre as áreas centrais de Tucumã e Ourilândia.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A cidade esteve sempre ligada a atividades de garimpo, extração de madeira e pecuária, e somente recentemente sofre impacto da mineração no município vizinho. Além da

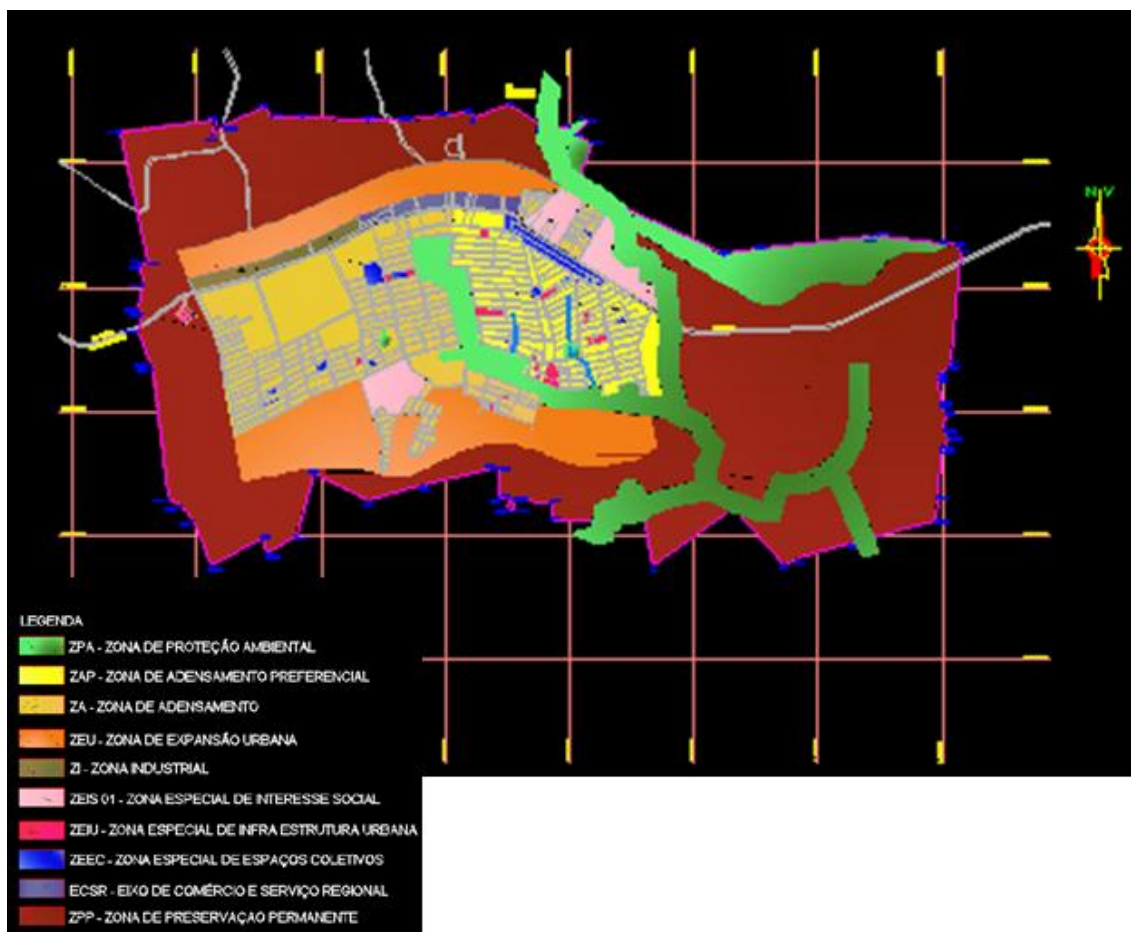


proximidade da Vale baseada em Ourilândia, há estudos de outras empresas mineradora para explorar cobre no município (Caraíba). Também cresce a importância do cacau, constituindo uma economia menos dependente da mineração. A falta de assistência técnica para a produção agrícola, de infraestrutura, dificuldade de adaptação dos colonos a uma região diferente, falta de transportes e de estradas para escoar a produção, além de doenças, principalmente a malária, entre outras, estimularam a venda dos terrenos para os grandes fazendeiros transformando-se em um município com grandes latifúndios (Tucumã, 2006).

A pecuária é considerada atividade promissora, com destaque para o rebanho bovino, com maior volume destinado para a produção leiteira (produção diária de aproximadamente 72.000 litros/ dia, ainda que consista em extrativismo leiteiro) e em menor volume, para corte. A pecuária está concentrada nas grandes fazendas, de área maior que 600 hectares, implantadas na periferia do Projeto Tucumã (Tucumã, 2006). Com o desmatamento, houve avanço dos cocais onde a mata original foi suprimida, com avanço do coco babaçu, nas áreas que não são destinadas ao pasto bovino.

Em que pese o grande fluxo migratório para região e a forte concentração fundiária, não há uma preocupação expressa nas diretrizes do Plano Diretor que limita a expansão da cidade, visto que ainda existem muitas quadras por ocupar da implantação original. As áreas de proteção ambiental procuram preservar os rios, e constituem-se obstáculo para os novos empreendimentos. A aprovação do condomínio Cidade Jardim (Buriti Imóveis) no município dependeu de decreto do prefeito aprovando o loteamento.

No plano há poucas diretrizes para o parcelamento do solo, demonstrando que o documento não previa o processo de expansão urbana hoje em curso.



**Figura 57 – Zoneamento do Município de Tucumã.**

Fonte: Tucumã, 2006.

No perímetro urbano definido pelo Plano Diretor, o comércio está localizado no bairro Triunfo, é bem consolidado e polarizando a população de Ourilândia. O varejo é diversificado e conta com lojas de eletrodomésticos, venda de materiais de construção, roupas e móveis. Os supermercados da região são bem estruturados e possuem uma grande variedade de produtos, destaca-se a variedade de frutas e verduras no mesmo, grande parte vinda de Goiás.

Embora a cidade tenha tido um parcelamento regular em virtude ter sido um projeto de colonização, não existe infraestrutura na maioria das ruas, dando à cidade um aspecto de improvisado ou de acampamento (figura 4).





**Figura 58 – Vista de rua de bairro popular em Tucumã.**

Outra preocupação é o avanço dos loteamentos sobre os cursos d'água, nascentes e igarapés (figura 2 e 3).



**Figura 59 – Vista parcial de área de Loteamento; via sendo construída pelo aterramento de igarapé.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Existem no município projetos incentivados pela Fundação Vale (figura 7) como a estação do conhecimento que incentiva a prática de esportes na região assim como atividades de produção de biojóias pelas mulheres. O município de Tucumã comporta também um pólo da Universidade do Estado do Pará (figura 8).



**Figura 60 – Vista externa da Estação Conhecimento Vale em Ourilândia (E) e do Polo Universitário UEPA – Tucumã (D).**

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

A população reclama a falta de alternativas de lazer, com expectativa de equipamentos como Shopping Center, com cinema e praça de alimentação. O acesso ao lazer associado à natureza é condicionado ao uso de automóveis capazes de trafegar em estradas de terra, com as praias do Xingu despontando como destino prioritário.

## **São Félix do Xingu**

A gestão territorial do município de São Félix é organizada a partir do macrozoneamento do Plano Diretor municipal, subdividido em: Macrozona Urbana Municipal, Macrozona de Áreas Protegidas, Macrozona de Dinamização do Uso Produtivo e Macrozona de Recuperação (São Félix do Xingu, 2006).

A Macrozona Urbana Municipal compreende a cidade de São Félix do Xingu e suas áreas de expansão (mapa 1), bem como as dezessete vilas reconhecidas como sedes de distritos (São Félix do Xingu, 2006). Nos anexos do Plano Diretor constam os mapas das áreas urbanas com algum tipo de zoneamento, mas sem legenda. Existe referência no texto do Plano Diretor ao zoneamento da sede municipal, sem que haja mapa correspondente disponível. No texto da lei destaca-se a decisão de substituir assentamentos precários da orla dos rios Xingu e Fresco por estruturas de lazer (figuras 1 e 2), com remanejamento de sua população para zonas especiais de interesse social a serem constituídas futuramente, expondo a negação da origem ribeirinha da cidade, e aderência aos modelos importados de destinação de áreas de orla para uso exclusivo de entretenimento e lazer. As ações de conversão de terra rural em urbana não contam com instâncias ou fluxos de aprovação claramente estabelecidos, destacando a possibilidade de negociação direta com a prefeitura.

Existe a diretriz de constituição de um cinturão verde para proteção das serras ao sul da cidade. Aparentemente a proteção não é estendida aos morros localizados em outros pontos da cidade, que são transformados em piçarreiras como ocorre nas demais cidades da região (figura 3). A ética de proteção ambiental é mais forte para as situações de maior visibilidade, e de maior escala.

Ainda que a ocupação da cidade tenha se originado por ocupação ribeirinha da confluência dos rios Xingu e Fresco, essa ocupação habitacional foi assumida como precária e inadequada para o local, sem qualquer grau de proteção associado a interesses culturais ou sociais, a exemplo do que foi realizado no bairro Francisco Coelho em Marabá, que apresenta condição semelhante.

De acordo com o Plano essa área deverá sofrer revitalização urbanística através do estímulo a atividades de lazer e de entretenimentos em geral (bares, lanchonetes e similares) como suporte à atividade turística que nessa região é muito intensa durante o verão amazônico. Atualmente é local de prática de esportes náuticos, pesca e banho de rio, e desperta o interesse do setor imobiliária para a construção de condomínios de luxo e a venda de ilhas fluviais (figura 4).







**Figura 62 – Vista da orla de São Félix do Xingu.**

Fonte: IBAMA (2011)



**Figura 63 – Habitação ribeirinha na orla.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 64 – Retirada de piçarra do morro ao lado do loteamento, ao fundo o Rio Fresco.**



**Figura 65 – Proibição de venda ilhas.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 66 – Loteamento Vitória Régia, morro ao fundo e Rio Fresco na extremidade direita.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 67 – Parque de exposições (E) e estabelecimento para negociação (D) de gado em São Félix do Xingu.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 68 – Assentamentos informais (E) e conjunto de casas populares construídas pela prefeitura (D) em São Félix do Xingu.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

## Xinguara

A cidade de Xinguara está localizada no entroncamento de duas rodovias, e tem acesso fácil ao rio Araguaia, para comércio com os estados vizinhos e para lazer, com concentração de loteamentos de segunda residência na região chamada de Pontão, nas margens do Araguaia. A cidade é polarizada por Conceição, Araguaina e Palmas, para onde se estende com mais frequência, a rede de solidariedade da população migrante estabelecida na cidade. Há muita reclamação a respeito das condições de manutenção da antiga PA 150, agora BR 155, em função do volume de cargas transportado por uma mineradora que opera no sul do Pará. O tempo de viagem até Marabá dobrou (de duas horas e meia para cinco horas) por conta disso.

Historicamente Xinguara passou por três ciclos econômicos distintos: 1. ciclo da madeira (1972 à 1993) com a implantação de várias serrarias; 2. ciclo do ouro (1984 à 1992) com a implantação de vários garimpos; e 3. ciclo da agropecuária, que acontece desde 1985, atualmente o município de Xinguara é um dos maiores produtores de gado do Brasil (Xinguara, 2006)

Especula-se que no município exista a maior jazida de níquel do planeta, localizada na Serra do Tapa (Xinguara, 2006), e estão em curso estudos pela mineradora canadense Xtrata. A exploração de minerais raros, como o ouro, ainda ocorre por poucos garimpeiros localizados ao longo da PA-150 entre Xinguara e Rio Maria.

A pecuária é extensiva, com média de duas cabeças de gado por hectare, e ocorrência de grandes latifúndios. Xinguara tornou-se praça forte de negociação de gado devido ao pagamento imediato e em espécie pela arroba do gado. Cada lote semanal negociado pela fazenda Santa Bárbara na casa de leilão da cidade arremata em média 15 milhões de reais. Os grandes produtores dedicam-se exclusivamente a pecuária de corte, nesse ramo destaca-se a família Quagliato, dona da fazenda Rio Vermelho, proveniente do interior de São Paulo, e que detém mais de 50% das terras do município de Sapucaia,, desmembrado de Xinguara, enquanto a venda de leite é feita somente pelos pequenos criadores, seguindo a prática do extrativismo leiteiro, para o abastecimento dos laticínios na região.

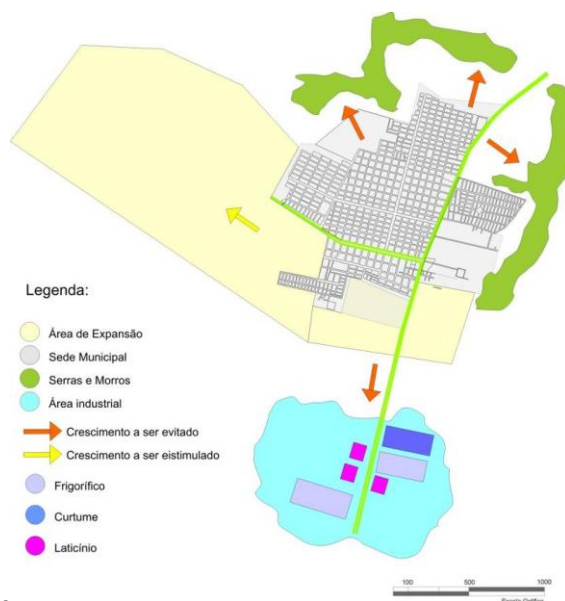
De acordo com o Diagnóstico do Plano Diretor, o perímetro urbano corresponde na sua maior parte à área situada do lado esquerdo da Rodovia BR-155, no sentido da capital do estado, os assentamentos existentes do lado oposto da rodovia constituem área de expansão da cidade, mas que ainda aguarda transferência de terras do INCRA para o município, conforme mapa 1 (Xinguara, 2006).



**Figura 69 – Mapa do perímetro urbano de Xinguara.**

Fonte: Prefeitura Municipal/Departamento de Terras Patrimoniais. Equipe Técnica do Plano Diretor (2006)

O diagnóstico do Plano Diretor revela o padrão de expansão da cidade, destacando a margem direita da PA 279, como área de concentração de loteamentos particulares, o sentido sul de expansão ao longo da BR 155 concentra usos industriais, e os assentamentos informais avançam na direção das áreas protegidas, conforme mapa 2.



**Figura 70 – Padrão de expansão da cidade de Xinguara**

FONTE: Cadastro Imobiliário e Levantamento de Campo do Diagnóstico do Plano Diretor (2006).

O Plano Diretor de Xinguara foi feito por equipe da prefeitura com assessoria da UFPA, e a ação dos urbanistas da prefeitura resultou em um processo de gestão mais cuidadoso em relação à aprovação de loteamentos, conduzido por uma comissão composta por um arquiteto urbanista, um engenheiro ambiental, um engenheiro civil e um advogado. A

cidade também contaria com a melhor situação fundiária de imóveis urbanos da região. O mapa de uso do solo da sede municipal demonstra que há distribuição de usos e equipamentos e visão global da cidade. A equipe do Plano Diretor conseguiu negociar com a Vale a implantação de uma avenida estruturante no sentido norte-sul, apesar de não haver impacto direto da mineração no município, o que reflete a capacidade de argumentação da equipe, apoiada nas determinações do Plano.

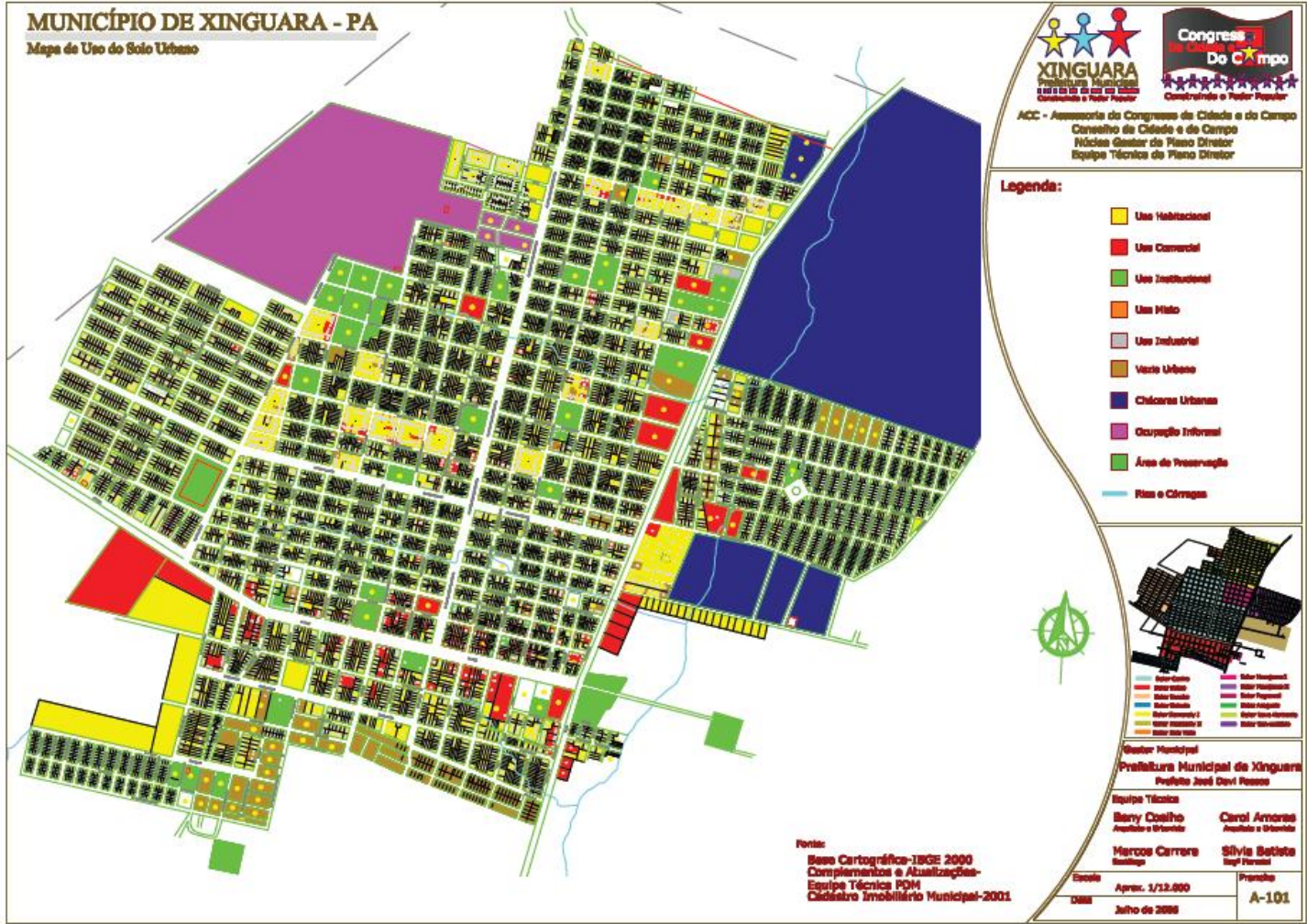


Figura 71 – Mapa de uso do solo do município de Xinguara.

Fonte: Xinguara, 2006.



A cidade abriga habitações dos pecuaristas da região, muitos donos de propriedades localizadas em São Félix do Xingu, e também os estabelecimentos de comércio e serviços dessa elite. A renda sazonal da pecuária leva os pecuaristas a abrirem negócios urbanos para garantir renda mensal. A informação é de que a liquidez da pecuária é baixa, com retirada média mensal de 2% do capital imobilizado. A cultura de precariedade na moradia, mesmo para os ricos, está sendo mudada com a educação dos filhos em outras regiões. O retorno dos filhos da elite tem alimentado um mercado de produção de moradias com valor entre um e um milhão e meio de reais, que viabiliza um arranjo produtivo, que abrange desde os profissionais até a oferta no comércio local de artigos de alto padrão para construção civil.

Há 8 anos Xinguará perdia 600 habitantes por ano, essa tendência foi revertida e é atribuída a uma boa gestão municipal do prefeito do PT. Contudo os pecuaristas mantêm o interesse de controlar politicamente o município e declaram insatisfações e intenção de mudar, reclamam da poeira, e da falta de opções de lazer urbano. Merece destaque a existência da Feira da Lua, que a exemplo da Praça São Francisco em Marabá, agrega pessoas de todas as classes e gera oportunidade de venda de alimentos em arranjos que articulam os setores formal e informal.

A cota de recursos (R\$25.000,00 por habitação) de operações coletivas para produção de habitação social no município é insuficiente (0,1% da população) e apesar de ter sido duplicada após negociação resulta em 100 habitações em execução na cidade com tais recursos federais. O acesso a programas federais que dependem de contrapartida em terras pelo município não são viáveis (PMCMV de 0 a 3 salários mínimos) por escassez de terra. A ocupação Mariazinha, ocorrida em terras públicas, foi objeto de intervenção de emergência pela prefeitura, e por isso não recebeu a infraestrutura no padrão exigido para aprovação dos loteamentos na cidade, mas garantiu a preservação de um lago e do córrego próximo à cidade.

Os loteamentos são originários do parcelamento de fazendas, com cerca de 2000 lotes produzidos por loteadores locais, e 5000 lotes produzidos pela Buriti Imóveis. Nos loteamentos entregues observa-se que a grande maioria dos lotes está vazia. Para a prefeitura, a abertura dos lotes significa o recolhimento de impostos e a transformação das áreas da cidade através da implementação de infraestrutura. Há grande demanda de recursos para habitação para financiamento da produção de casas, visto que a população adquire lotes por prestações mensais do setor privado.

Pesquisas na região demonstraram que havia uma demanda por habitação de melhor qualidade, para abrigar profissionais qualificados que trabalham na cidade e vivem em hotéis como mensalistas. Alguns empreendimentos contam com um mix completo de serviços, que contemplam até instituições educacionais de nível superior. Os lotes possuem área de 250 m<sup>2</sup>(10x25) com parcelamento do pagamento em até 180 vezes, com entrada de R\$ 1000,00 e parcelas de R\$ 99,00 reais. O preço médio do lote é de R\$20.000,00 e R\$25.000,00, preço mais acessível do que o praticado nos municípios de Canaã e Parauapebas, onde o valor do lote inicia em R\$ 60.000,00.

Há uma preocupação com a preservação dos cursos d'água, dada a escassez de águas superficiais na cidade, contudo as atividades industriais são grandes contaminantes dos rios na saída da cidade.

A polaridade social é forte no município, e ilustra a intensidade da desconexão entre as elites, e atividades que constituem o circuito superior da economia, e os trabalhadores.



**Figura 72 – Área de APP preservada em loteamento e (E) e Tipologia arquitetônica do centro comercial (hotel e restaurante) (D).**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.



**Figura 73 – Escritórios no centro comercial e banca de revista (quiosque com área de leitura e grande variedade de revistas) localizado no canteiro central da PA 279.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 74 - Rodovia PA 279 , cruzando Xinguara como avenida principal da cidade (E) e rua da periferia do município (D).**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 75 – Tratamento paisagístico em frente ao prédio do Terminal Rodoviário.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 76 – Tipologias contemporâneas em Igreja e escritório de advocacia.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 77 – Vista parcial de Hospitais em Xinguara**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



**Figura 78 - Mercado Municipal.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

### 5.2.1. Dinâmica econômica e circuito superior

O circuito superior é constituído pelos setores da economia intensivos em capital, com grande organização institucional e financeira, com articulação direta com o poder público (Santos, 1979). Na área objeto de estudo, inclui a pecuária, a mineração, o comércio atacadista, comércio varejista de renda média e alta, setor bancário, serviços avançados, serviços produtivos em geral, serviços pessoais, entre outros.

O conjunto dos municípios visitados tem expandido seu peso na economia do Estado do Pará. No ano de 1996 essa participação era 8,6%; ao final da década seguinte, a região alcança algo próximo a 20%, um quinto do produto total do Estado. Tal escalada está principalmente ligada ao desempenho da indústria (extrativa mineral) localizada nos municípios de Parauapebas e Canãa dos Carajás, como veremos adiante.

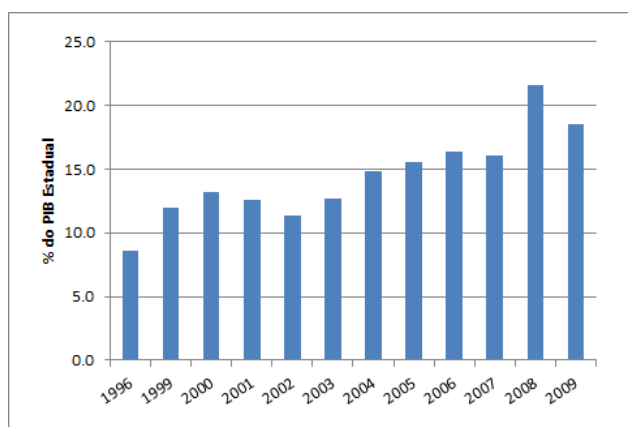


Gráfico 1 – Pará – Municípios visitados: Participação percentual no total do PIB estadual

Fonte: IPEADATA<sup>1</sup>

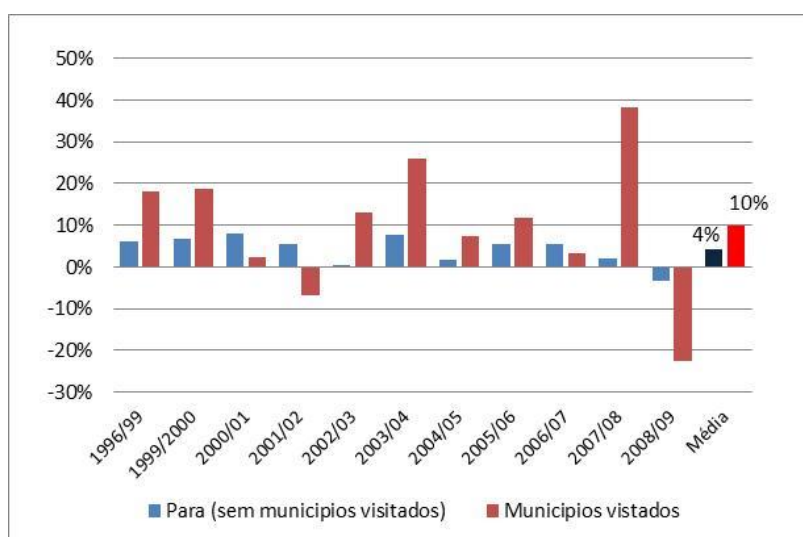


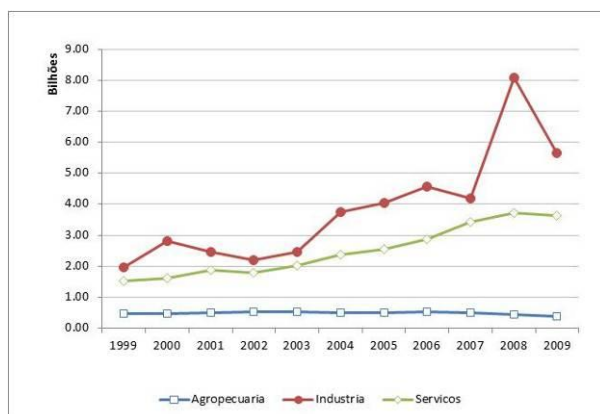
Gráfico 2 – Pará – Municípios visitados: Evolução da taxa anual de crescimento do PIB estadual e média do período, 1996-2009.

Fonte: IPEADATA

<sup>1</sup> <http://www.ipeadata.gov.br/>



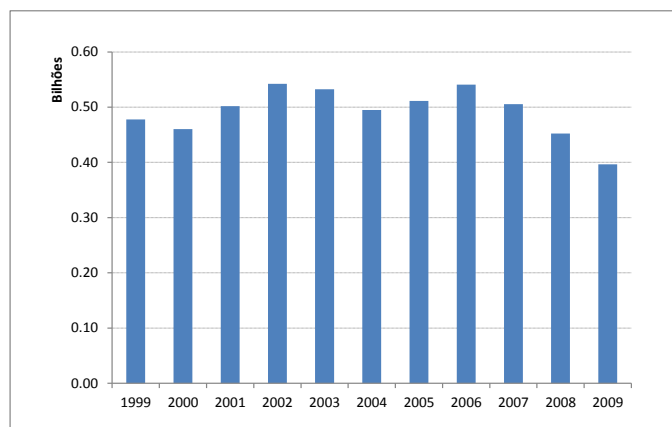
Essa realidade, obviamente, implica a existência de taxas anuais de crescimento do PIB, nessa região, superiores às do restante do Estado. Comparando o crescimento médio dos municípios em foco e do restante do Estado, temos 10% de incremento médio anual para o primeiro conjunto contra 4% para o restante do Pará. Chama atenção, no entanto, o comportamento instável e cíclico desse ritmo de crescimento, e sua aderência a ciclos econômicos internacionais, como atestam os picos e vales que coincidem com as crises internacionais de 2003 e 2008, fato óbvio em função da natureza exportadora da principal atividade industrial da região: a mineração de ferro.



**Gráfico 3 – Pará – Municípios visitados: Evolução do valor adicionado do PIB segundo setores, 1996-2009.**

Fonte: IPEADATA

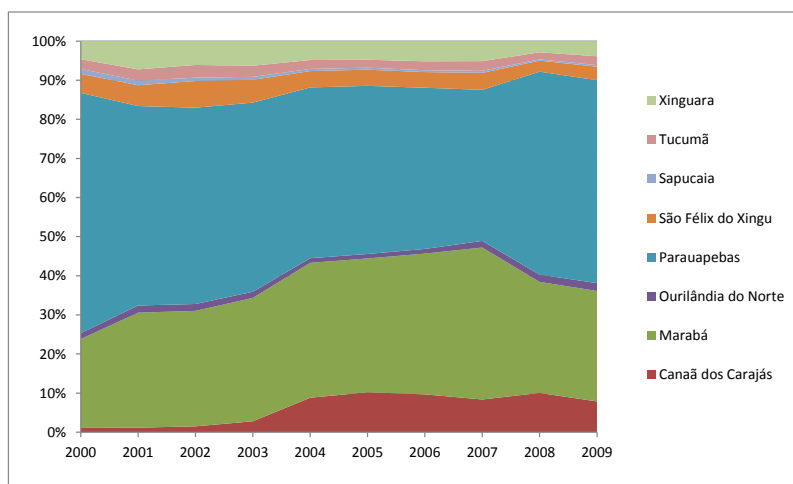
A evolução comparada da agropecuária, da indústria e dos serviços aponta a franca liderança do setor industrial na economia da região. No período 1999-2009 o valor adicionado por este setor passa de 2 para 5,2 bilhões de reais. A trajetória do setor de serviços acompanha a tendência da indústria, com uma expansão menos intensa: de 1,5 para 3,6 bilhões no mesmo período. A característica assinalada com relação à sensibilidade do setor exportador aos eventos externos transparece também quando acompanhamos o comportamento do valor adicionado no setor industrial (Gráfico 3). Outro aspecto notável com relação à composição setorial da produção é a relativa imobilidade do setor agropecuário. Em verdade, se analisamos apenas a trajetória deste setor, constatamos que houve queda de sua participação relativa no total do PIB, que era de 12% em 1999 e recua para 4%, e mesmo a tendência de recuo do valor adicionado pelo setor em termos absolutos (Gráfico 4). Esse aspecto seria relativamente previsível, dadas as diferenças do setor frente à indústria, especialmente, mas chama a atenção em função da grande expansão do rebanho bovino que teve lugar na região, como mencionaremos adiante.



**Gráfico 4 – Pará – Municípios visitados: Evolução do valor adicionado ao PIB pelo setor agropecuário, 1996-2009.**

Fonte: IPEADATA

Em termos da distribuição desta produção entre os municípios, Parauapebas e Marabá dividem as contribuições mais expressivas. Em 2009, Parauapebas representava 52% do PIB do conjunto dos municípios em análise, enquanto Marabá detinha 28% - 80% do total em questão - portanto, tendo sido este o cenário médio ao longo dos dez anos que vimos analisando. Canã dos Carajás teve um crescimento importante no período, visto que representava apenas 1% da produção do conjunto contra 8% dez anos mais tarde (Gráfico 5).

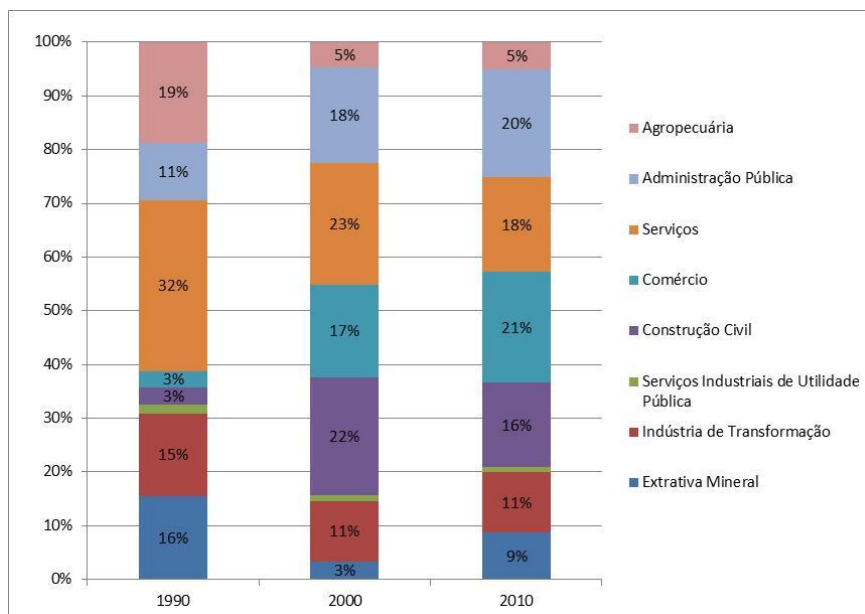


**Gráfico 5 – Pará – Municípios visitados: Evolução da participação relativa no valor adicionado ao PIB, 1996-2009.**

Fonte: IPEADATA

### *Emprego formal*

O crescimento econômico vivido na região tem significado uma expansão do emprego formal desde os anos 1990. O número de postos de trabalho formais passa de 31 mil em 2000 para 104 mil ao final do ano de 2010. Tendo com referência a população de 10 anos e mais que se declarou ocupada no Censo 2010 no conjunto dos municípios (247.308 pessoas), os 104.834 formais representam 42%.



**Gráfico 6 – Pará – Municípios visitados: Evolução da distribuição setorial (relativa) do emprego, 1990-2010.**

Fonte: RAIS-MTE

Em relação à distribuição setorial do emprego, destaca-se a perda de peso da agropecuária, o crescimento do comércio e da construção civil e uma queda da participação relativa dos empregos diretos na mineração. O grupo comércio e serviços, no entanto, teve acréscimo importante, principalmente no comércio. É possível que esse crescimento se conecte indiretamente à base exportadora minerária, que nesse caso transmitiria dinamismo a outros setores, seja por demandas intersetoriais, seja pela renda gerada na forma de salários e outras remunerações que chegam assim ao terciário local.

Se analisarmos a composição do emprego por município, teremos algo como duas tendências mais facilmente identificáveis. Por um lado Marabá e Parauapebas, onde a tendência recente tem sido o crescimento do emprego formal nos setores de comércio e serviços e construção civil, além das indústrias extrativa mineral e de transformação. Marabá, centro regional de importância há décadas, aparentemente passa a compartilhar com Parauapebas a condição de polo de serviços<sup>2</sup>. No outro extremo Xinguara, São Félix do Xingu e Sapucaia, com importância ainda elevada da agropecuária e da administração pública. O grupo intermediário, Ourilândia, Tucumã e Canãa dos Carajás, com mercados de emprego formal ainda pequenos, mas em processo de diversificação. Embora não se possa tratar o grupo de municípios como um “conjunto coerente em si”<sup>3</sup>, um olhar sobre o conjunto do mercado de trabalho formal e sua modificação ao longo das duas últimas décadas é útil e informativo. Como dissemos, Marabá mantém sua posição de importância, mas passa a compartilhar com Parauapebas a situação de centro regional. Chama atenção, no entanto, o salto realizado por este último município entre o início dos anos 1990 e o fim dos 2000, donde a correspondente velocidade com que cresceu sua população e área urbanizada.

<sup>2</sup> Embora, como foi possível constatar em campo e descreveremos abaixo, conserve sua primazia sobre esta última em termos de avançados.

<sup>3</sup> No sentido de que suas ligações econômicas regionais existem, mas também se abrem para outras conexões, conformando outros mercados regionais.

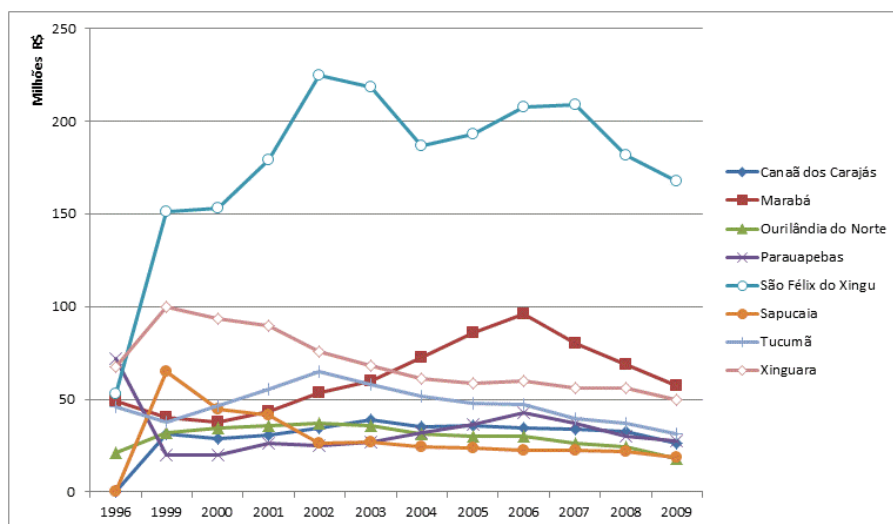
**Tabela 1 - Pará – Municípios visitados: Evolução do emprego formal por município, 1990-2010.**

Município	1990	2000	2010
Canaã dos Carajás	-	43	4,972
Marabá	8,876	10,254	41,745
Ourilândia do Norte	586	531	5,522
Parauapebas	275	7,994	38,030
São Félix do Xingu	735	421	4,664
Sapucaia	-	220	694
Tucumã	-	768	3,047
Xinguara	2,521	2,071	6,160
<b>TOTAL</b>	<b>12,993</b>	<b>22,302</b>	<b>104,834</b>

Fonte: RAIS-MTE

*Pecuária: a expansão do rebanho bovino*

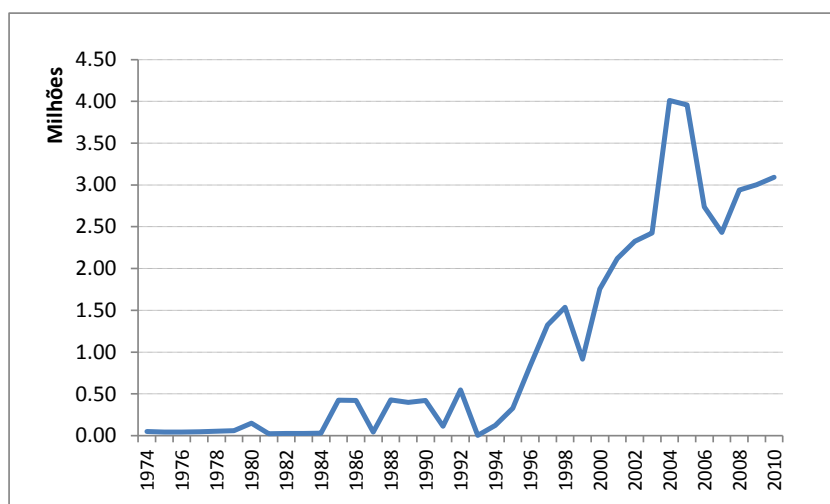
Como discutido acima, o setor agropecuário tem perdido peso relativo tanto no PIB quanto na composição do emprego. Em termos do valor adicionado por este setor ao produto na região, notamos que se destacam São Félix do Xingu, Marabá e Xinguara. Mas as trajetórias dos três municípios são distintas. Xinguara apresenta tendência de queda do valor adicionado na agropecuária desde o fim dos anos 1990. Marabá manteve tendência crescente desde o início dos 2000 até 2006, quando passa então a decrescer em valor absoluto. São Félix tem uma ascensão muito rápida até 2002, distanciando-se muito dos demais municípios, e decresce com oscilações até o fim da década, mas mantém uma distância grande, com um valor acima de 160 milhões contra uma média de 32 milhões dos demais municípios em conjunto. Esse fato corresponde à importância do setor agropecuário para a economia do município, e também a um movimento impressionante de crescimento do rebanho bovino.



**Gráfico 7 - Pará – Municípios visitados: Evolução do valor adicionado no PIB agropecuário por município, 1996-2009**

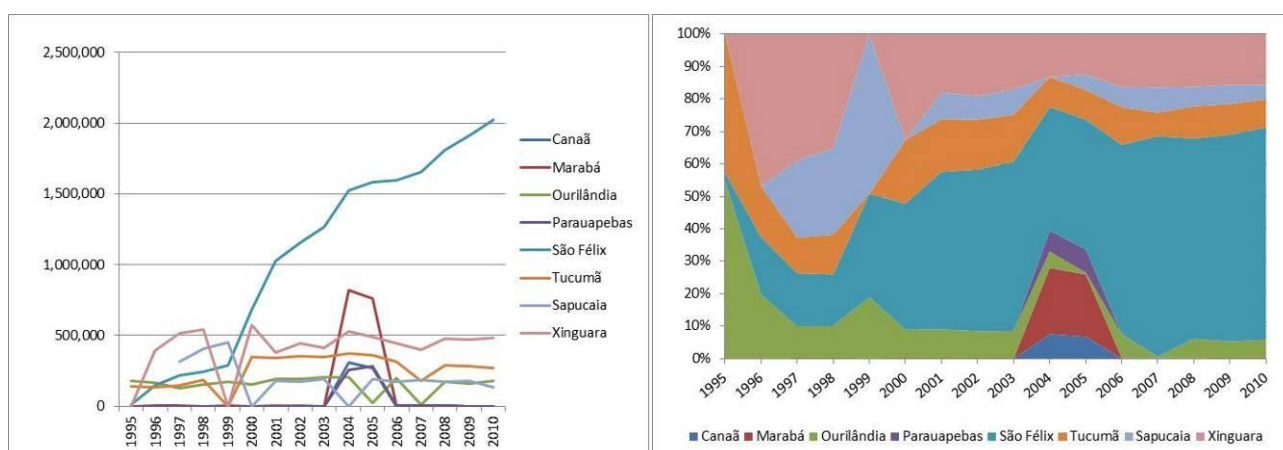
Fonte: IPEADATA

O rebanho bovino da região viveu um impressionante crescimento a partir da metade dos anos 1990. Em 1993 o rebanho destes municípios somava 2,72 milhões; em 2004 esse número era de 4,01 milhões, recuando para 3,09 milhões em 2010.



**Gráfico 8 - Pará – Municípios visitados\*: Evolução do rebanho bovino, 1974-2009**

Fonte: SIDRA-IBGE. \*Notar que apenas alguns municípios existem ao longo de todo o período.



**Gráfico 9 - Pará – Municípios visitados\*: Evolução do rebanho bovino, 1974-2009**

Fonte: SIDRA-IBGE

Analisando apenas o período 1995-2009, fica bastante clara a contribuição do crescimento do rebanho em São Félix do Xingu para esse salto. Em 1994, o município tinha pouco mais de 9 mil cabeças de gado; cinco anos mais tarde, eram mais 682 mil, e já em 2001 foram declaradas mais de um milhão de reses. O rebanho declarado em São Félix cresce continuamente até 2010, quando ultrapassa dois milhões de cabeças (22 cabeças/habitante), 65% do plantel dos municípios em questão. Mesmo comparando com os municípios que mantêm um plantel extenso, como Xinguara e Tucumã, esse desempenho é muito impressionante.

Uma análise mais detalhada desse cenário deve ser feita em relação à produtividade da atividade pecuária, em especial para São Félix. Apenas como uma primeira aproximação da questão, vale a pena notar que o valor total da produção de origem



animal declarado<sup>4</sup> nos últimos anos – desde 2007, mais precisamente – tem decrescido, enquanto o rebanho manteve a tendência de crescimento.

*Circuito superior: em direção a uma visão sintética*

A análise conjunta das características do circuito superior da região percebidas em campo e confrontadas com informações de fontes secundárias indica que as transformações econômicas na última década adicionaram modificações importantes num conjunto de relações fundamentais na região, isso é, as *relações entre sociedade e natureza*, particularmente a *floresta tropical e o bioma* a ela associado. Por um lado, existem os efeitos do desmatamento que, embora venha registrando tendência de desaceleração<sup>5</sup>, configura a formação de extensas propriedades rurais, cuja inserção econômica concorre para um impressionante crescimento do rebanho bovino, consolidando a economia da pecuária, cujo desempenho em termos de produtividade, no entanto ainda precisa ser demonstrado. Por outro, há a modificação forte da dinâmica econômica e fundiária pelo avanço da mineração. Essa impõe forte e novo padrão de mobilização do solo urbano e do espaço regional como um todo, seja pelo crescimento da densidade econômico-demográfica que lhe é própria, seja pela intensa demanda por espaço, bens e serviços diversos que impulsiona indiretamente por seus mercados de trabalho e outros fatores.

Registra-se que a desarticulação ou mesmo a vacância de elos inteiros das cadeias produtivas contrastam com o crescimento do sistema econômico regional. Essa realidade configura ao mesmo tempo um empecilho e uma oportunidade econômica de monta. Muitos setores carecem de urgente adensamento de cadeias, incluindo todo o universo de produção social do espaço que lhes é associado pelas espacialidades desses segmentos econômicos. Essas modificações podem tornar possível a retenção local de recursos hoje drenados para fora da região pela impossibilidade de atendimento por agentes locais. Isso tanto é válido para os elos de cadeias dos setores em rápida expansão, como a pecuária e a base de serviços urbanos impulsionada pelo crescimento da mineração, quanto por áreas específicas da região, como a diversificação da pequena produção, o crescimento de ações de natureza cooperativa, que contribuam para superar o baixo nível de organização e capacidade de ação em ambiente de mercado capitalista, pode ser mais facilmente desenvolvido.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Valor apurado pelo IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal. Vide SIDRA-IBGE. Como se nota, esse valor não coincide inteiramente com o valor da produção na pecuária. No caso de São Félix, no entanto, a importância do setor para o produto local implica relação entre as duas variáveis.

<sup>5</sup> Dados disponíveis no sítio eletrônico do INPE - <http://www.inpe.br/>.

<sup>6</sup> O crescimento da produção local de cacau por pequenos proprietários, em especial aqueles ligados a cooperativas, é um desses novos movimentos, o qual inclusive aparece como um potencial de reflorestamento e fortalecimento da economia ligada às florestas. A exploração de negócios do lazer ligados aos recursos hídricos – grupos de pesca esportiva, balneário, gastronomia – assim como os diversos segmentos de piscicultura, também constitui um setor de atividades econômicas com grande articulação possível, mas ainda inexplorada ou apenas esboçada.

## 5.2.2. Circuito inferior e economia popular e solidária



Figura 79- Produtos expostos na Feira das Laranjeiras e Feira da Folha 28, em Marabá

A produção de alimentos e a criação de animais, no entanto, é incapaz de abastecer o mercado local, sobretudo devido à velocidade de transformação da região. A falta de apoio técnico e de infra-estrutura para o transporte da produção, além da ausência de uma ‘cultura agrícola’ na região, historicamente voltada à pecuária de corte e à mineração, são também apontadas como causas. Essa é a posição, por exemplo, dos técnicos da Fecat (Federação das Cooperativas de Agricultura Familiar do Sul do Pará), Jorge e Raimundo. A Fecat, entidade de ‘apoio logístico, operacional, técnico e político’ à agricultura familiar, possui uma de suas bases em Marabá e atua prioritariamente em projetos de assentamento, oferecendo orientação com relação à fruticultura e à diversificação produtiva. A Federação é mantida por projetos captados e por parte do lucro de duas agroindústrias de beneficiamento de polpa de frutas.

Em Tucumã, Ourilândia e São Félix do Xingu, a produção de cacau é significativa. A Coopertuc – Cooperativa Agrícola Mista de Tucumã, fundada pela Andrade Gutierrez em 1982, possui papel importante na articulação entre o pequeno produtor local e as grandes empresas compradoras do cacau (Cargill, Nestlé, Barry Callebaut e outras). A Cooperativa compra o cacau dos 623 sócios, e também de não sócios, e o transporta em carretas próprias até Ilhéus, na Bahia, onde negocia diretamente com as empresas transnacionais.

Este papel é desempenhado também pela Capru – Cooperativa Alternativa de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos, em São Félix do Xingu, criada em 1992 a partir de 4 associações de produtores locais. Atualmente, possui 170 sócios, e realiza, além da

intermediação do cacau, ações de acompanhamento e capacitação dos produtores, por meio de recursos captados juntos aos governos estadual e federal. Outras iniciativas da Cappru são um projeto piloto para certificação do cacau orgânico, a manutenção de um banco de sementes nativas e o apoio ao artesanato (licor de cacau e embalagens a partir das folhas secas do cacau). Dentre as idéias ainda não efetivadas estão a construção de uma fábrica de polpas no município, um projeto educativo junto aos filhos dos produtores para que estes se mantenham na atividade, um trabalho com os indígenas do município e a construção de centros de alevinagem para o apoio à piscicultura.



**Figura 80 – Sede e integrantes da CAPPRU, em São Félix do Xingu**

O setor de comércio e serviços em pequena escala é significativo em toda a região, e parece “espelhar” os investimentos de grande monta destinados ao circuito superior. Segundo o presidente do Sindicato dos Comerciantes de Marabá, João Luiz, as expectativas de investimento na mineração alavancam o setor de serviços (principalmente mecânicos e elétricos, mas também os serviços pessoais e o comércio). Do mesmo modo, expectativas de paralisação de investimentos, como era o caso do projeto Alpa no momento da entrevista, geram demissões e enfraquecimento do setor.

O comércio de bairro é acessado, na maior parte dos casos, em situações emergenciais. Nestes casos, a compra é feita em unidades fracionadas, o que não é possível nos grandes supermercados. Praticamente tudo que é vendido não é produzido localmente, à exceção de poucos produtos da agricultura familiar. Quanto aos serviços pessoais, boa parte dos entrevistados afirmou que estes são de baixa qualidade, e que falta qualificação e apoio para seu aprimoramento.

Em Marabá e São Félix do Xingu, o turismo ligado aos rios (praias) gera renda para ambulantes do setor de alimentação e barcotáxis. O turismo de pesca também é



considerável, especialmente em São Félix, como apontado por funcionárias da Colônia dos Pescadores Z65 de São Félix do Xingu. A Colônia agrega cerca de 400 famílias que vivem principalmente da pesca. No entanto, a renda da atividade não é suficiente, dados os altos custos enfrentados (material, transporte, etc.), dificuldades no acesso ao crédito, entre outros. Por essas dificuldades, a Colônia possui demandas definidas, embora não atendidas, como o apoio técnico por meio de estudos (sobre o período adequado da piracema para as espécies locais, berçário de espécies, tanques-rede, entre outros), o apoio à pesagem dos peixes no momento da chegada dos pescadores e o apoio ao turismo de pesca de base comunitária (integração entre o turista e o pescador local).



**Figura 81 – Barcotáxis, ambulante e Colônia de Pescadores de São Félix do Xingu**

O artesanato é bastante incipiente e pulverizado nos municípios pesquisados. Destaca-se a Cooperativa de Bioarte de Tucumã, criada a partir de curso de capacitação em artesanato oferecido pela Estação do Conhecimento Vale desse município. A Cooperativa produz brincos e colares (biojóias) a partir de sementes nativas e conta hoje com 34 mulheres. A Estação do Conhecimento realizou a capacitação das primeiras cooperadas, a compra do maquinário e das primeiras matérias primas, além de ceder o espaço para trabalho e exposição dos produtos. Entretanto, a produção atual da Cooperativa é quase toda por encomenda da própria Vale, para distribuição a parceiros, funcionários e fornecedores, e não há um ponto de comercialização no centro do município.





**Figura 82 – Produtos e sementes (matéria prima) da Cooperativa Bioarte de Tucumã**

Do ponto de vista do apoio, o CredCidadão, programa de microcrédito do governo do estado do Pará, possui escritórios nas prefeituras de Marabá e Xinguara. O programa oferece crédito de R\$100,00 a R\$10.000,00, a juros de 0,5 a 1% ao mês. A utilização do aval solidário contribui para um baixo nível de inadimplência, como relata o técnico do Estado cedido à prefeitura de Marabá para a implementação do programa, Fernando Henrique. Neste município, o programa atende sobretudo os revendedores do setor de confecção, embora também tenha atendido aos produtores da agricultura e mototaxistas. Entretanto, apresenta ainda baixo alcance, dada a dificuldade de atendimento dos requisitos por parte dos solicitantes (documentação das terras, nome no SPC ou SERASA, etc.).

Todas as Prefeituras visitadas<sup>7</sup> oferecem cursos de qualificação profissional de curta duração na área de serviços pessoais, informática, eletricitista, entre outros. Parte dos cursos é realizada em parceria com a Vale, com o objetivo de suprir vagas da empresa. Além disso, a Estação do Conhecimento Vale, presente em Tucumã, Parauapebas e Marabá, oferece, entre outras atividades, cursos de qualificação em diversas áreas.

Apenas em Xinguara encontramos ações de apoio voltadas especialmente à Economia Solidária. A Prefeitura Municipal conta com um Departamento de Economia Solidária ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com uma legislação específica para a economia solidária (aprovada em julho de 2006) e com um fundo municipal de apoio à economia solidária (FundoSol). Tais iniciativas tiveram origem na ação dos membros da Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atioro - Coopatioro, fundada em 1997 com apoio da Diocese e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e que hoje se denomina uma Associação (Apatioro) com o objetivo do fomento à pequena produção popular e solidária. São ações do Departamento de Economia Solidária no município: cadastramento dos ambulantes; apoio às feiras locais; manutenção de um posto de apoio ao empreendedor no Mercado Municipal; cessão de uma loja na rodoviária para exposição dos produtos dos artesãos locais; tentativas de organização dos produtores para a compra coletiva de insumos; orientações para a estruturação de pequenos empreendimentos, participação em licitações, formalização das atividades e uso do microcrédito produtivo.

---

<sup>7</sup> Dos sete municípios visitados, apenas a Prefeitura Municipal de Parauapebas não foi entrevistada, tendo em vista o recesso no dia da visita.



**Figura 83 – Microempreendedores Individuais apoiados pela Prefeitura de Xinguara**

Quanto ao apoio universitário, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do Sul e Sudeste Paraense (ITESP/UFPA), localizada em Marabá, propõe-se a assessorar grupos já existentes com o fim de aprimorar a produção e potencializar sua atuação na região (Marabá e entorno). O público-alvo é composto de agricultores familiares, agricultores urbanos e periurbanos, grupos de mulheres em condições de vulnerabilidade, grupo de artesãos, associações de moradores, entre outros.

Uma característica das ações de apoio é a ausência de integração entre as mesmas: os programas das Prefeituras não contemplam parcerias com ONGs, Sebrae ou Universidades, ou quando contemplam, as ações conjuntas são incipientes. É o caso da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás – Agência Canaã, entidade sem fins lucrativos que conta com representantes da iniciativa privada, do terceiro setor, do poder público e da sociedade civil organizada. A entidade, sem fins lucrativos, é mantida com recursos da Prefeitura e da Vale, e tem como um de seus objetivos a geração de trabalho e renda no município, tendo apoiado projetos de piscicultura, apicultura e hortas comunitárias. Entretanto, as ações são ainda embrionárias, uma vez que a Prefeitura Municipal não atua de forma significativa e o apoio técnico é fraco. O Sebrae é apontado como parceiro fundamental, mas cujas ações hoje se limitam à capacitação de empresários locais e apoio à formalização de microempreendedores.

Entre os grupos apoiados pela Agência Canaã encontra-se a Associação de Artesãos e Artesãs Solidários de Canaã dos Carajás, grupo de mulheres ligadas ao movimento nacional da Economia Solidária, coordenado por Maria Juciara de Souza Neto, funcionária da Prefeitura. Desde 2005, o grupo atua junto à Prefeitura e a outras instituições buscando compradores e parceiros para divulgação e comercialização dos produtos e também na área de capacitação. A metodologia utilizada pelo grupo passa pela valorização e divulgação dos princípios da Economia Solidária em todas as ações, participação nos Conselhos Municipais e parcerias com as escolas e demais instituições de formação. O grupo conquistou uma loja na avenida central do município, cedida pela Prefeitura, e mais dois espaços, sendo um na sede e o outro distante. Liderou iniciativa para constituição de um Banco do Povo no município, mas que não se concretizou, por questões políticas. Atualmente, são 28 grupos, embora cerca de 84 famílias já tenham passado pela Associação. Alguns dos grupos apoiados já celebraram contratos de venda para a Prefeitura Municipal (uniformes) e a Vale (uniformes e lanches).



**Figura 84 – Produtos e integrantes da Associação de Artesãos e Artesãs Solidários de Canaã dos Carajás**

Em suma, a produção em pequena escala que caracteriza o circuito inferior na região estudada padece das mesmas dificuldades e gargalos verificados em outras regiões do país: baixa qualificação em geral, dificuldades para captação de crédito, ausência de apoio técnico e de articulação com escolas técnicas e universidades, entre outros. Outro aspecto importante é que esta produção apresenta poucos vínculos no nível local e regional, quase sempre dependendo de insumos vindos de fora do estado, o que encarece os produtos e impede a formação de cadeias produtivas locais. Ademais, alguns setores de grande potencial, como o turístico, de fitoterápicos, reciclagem e extrativismo florestal de produtos não madeireiros são praticamente inexistentes. Em boa parte dos casos, demandas específicas de apoio técnico são claramente definidas pelos próprios trabalhadores e grupos entrevistados. Conclui-se que o apoio a essas iniciativas possui grandes efeitos potenciais, em termos de geração de trabalho e renda, sobretudo para a população não inserida nos grandes investimentos minerários previstos e em implantação na região.

A articulação entre o circuito superior e o inferior é ainda muito fraca, ou praticamente inexistente; entretanto, o crescimento recente do circuito superior abre possibilidades para um fortalecimento do circuito inferior, tendo como exemplos maiores a demanda por alimentos e por serviços produtivos e pessoais. Observa-se também que esse potencial de articulação não se realiza por falta de apoio institucional e de mediação entre os dois setores. Existe grande espaço para inovação e coordenação de ações entre



os dois setores, implicando o envolvimento dos diversos atores e rompendo com a relativa acomodação na linha de ação de grandes produtores, que utilizam grandes fornecedores distantes; faltam também referências e/ou repertório para os atores nos dois circuitos e nas possíveis mediações, para promover as sinergias necessárias.

A desarticulação ou a simples vacância de elos inteiros das cadeias produtivas contrastam com o crescimento do sistema econômico regional. Essa realidade configura ao mesmo tempo um empecilho e uma oportunidade econômica de monta. Naqueles setores mais amigáveis à atuação de *agentes pequenos*, o crescimento de ações de natureza cooperativa, que contribuam para superar o baixo nível de organização e capacidade de ação em ambiente de mercado capitalista, pode ser mais facilmente desenvolvido.

### 5.2.3. Aspectos culturais, valores e expectativas

Para entender o processo cultural da região é importante observar o fenômeno que a constituiu e continua intenso: a migração. Os municípios são, em grande parte, formados por pessoas que vieram de outro lugar, a constituição das cidades está relacionada à migração recente e não tão recente, o que é possível encontrar no próprio discurso dos moradores que relatam como é difícil encontrar um paraense na cidade.

**Tabela 2 – Naturalidade em relação à unidade da federação e município das áreas do Urbis 1 (em porcentagem %).**

Localidade	Não naturais do		
	Naturais do município	município	Não naturais da UF
Pará	67,11	32,89	<b>15,21</b>
Belém	75,41	24,59	<b>7,34</b>
Água Azul do Norte	52,34	47,66	<b>32,93</b>
Canaã dos Carajás	23,90	76,10	<b>53,82</b>
Curionópolis	40,97	59,03	<b>50,50</b>
Marabá	51,66	48,34	<b>37,35</b>
Ourilândia do Norte	38,24	61,76	<b>41,97</b>
Parauapebas	28,17	71,83	<b>55,94</b>
São Félix do Xingu	64,42	35,58	<b>23,78</b>
Tucumã	32,18	67,82	<b>50,47</b>
Xinguara	37,00	63,00	<b>50,98</b>
<b>Total Urbis 1</b>	<b>43,99</b>	<b>56,01</b>	<b>42,44</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

A tabela acima mostra a naturalidade da população residente, referindo-se tanto a cidade quanto a Unidade da Federação de nascimento. O percentual dos não-naturais dos municípios da Urbis 1 está acima da média do estado em quase 25%, variação semelhante ao percentual de não-naturais da UF, cerca de 27% a mais.

O processo de migração se apresenta mais intenso para alguns municípios, em particular em Parauapebas e Canaã dos Carajás. As duas cidades foram criadas recentemente, Parauapebas com 24 anos e Canaã com 18 anos, o que ajuda a entender os menores



percentuais de naturais do município entre a URBIS 1, ou seja, pessoas nascidas nesses municípios, 28% e 24% respectivamente. Mas também se destacam na região pelos maiores percentuais de população nascidas em outras UFs, cerca de 56% e 54% respectivamente, indicando que a maioria da população residente não é paraense.

Uma parte desses migrantes sai de suas cidades atraída pelas grandes promessas envoltas na região: os empregos com melhores condições e salários, o grande crescimento da cidade, os grandes projetos, enfim, ideias próximas de benefícios trazidos por esse lugar em detrimento daquele que é deixado que habita o imaginário de quem trilha o caminho para essas cidades, os migrantes “espontâneos”. Nesse sentido funcionam as redes de família, de amigos e até fiéis de uma mesma igreja que propagam as boas notícias; elas também atendem à demanda dos recém-chegados por moradia, alimentos, financeiro, indicação pelo trabalho, o apoio necessário para tentar a vida em outro lugar. Em Parauapebas, as três esquinas mais movimentadas do município ilustram essa dinâmica da cidade que funciona em torno dos imigrantes que estão em busca de emprego, são elas: a do SINE, pra quem procura emprego, a da Caixa Econômica Federal para resgatar o fundo de garantia e o SENAI para ingressar em um curso de qualificação.



**Figura 85: Chegada do trem à estação de Marabá**

Fonte: Equipe de campo

É comum quem migra se denominar aventureiro, pois arriscam e vão tentar a vida em outro lugar. Os imigrantes circulam pelo trem, ônibus e a pé, não apenas vindos de outro estado, mas também saindo de outras cidades na região, formando outro grupo dentro dos que migram espontaneamente, aqueles que circulam entre as cidades em busca de melhores condições de vida. Eles vivem um tempo em alguma cidade e com a promessa de algo melhor ou por percalços, muda para um novo destino dentro de uma região específica ou para além dela, acompanhando uma fronteira de oportunidades.

Outra parte dos migrantes é trazida principalmente pela Vale, empresas prestadoras de serviço e outras pela falta. Este fluxo chega para estruturar as empresas, para suprir sua demanda de mão-de-obra mais qualificada. Esses imigrantes vão morar nessas cidades

com incentivo financeiro (mais salário, vale-moradia) e apoio em relação à estrutura por parte das empresas que os levam. As expectativas são diferentes em relação ao grupo anterior, já estabilizados em um emprego o que se busca é atingir uma melhor condição monetária pelos benefícios oferecidos. “Fazer a vida” não é o primeiro plano, alguns chegam entusiasmados pelos benefícios oferecidos pela empresa, mas acabam não aderindo ao cotidiano pela falta de estrutura oferecida na região, discurso que passa muitas vezes pelo lazer.

Em Marabá e São Félix essa dinâmica do migrante não está tão forte. Marabá já é uma cidade mais antiga, a maior entre a Urbis 1 e mais estabelecida, por isso apesar de ainda receber imigrantes, muitos continuam seu percurso se espalhando pela região ou indo além. Na chegada do trem em Marabá, havia muitos destinos anunciados pelas vans que esperavam os passageiros, desde a própria cidade até a obra de Belo Monte. Já São Félix está mais distante do eixo da grande promessa, somados a outros fatores como o difícil acesso para o município pela má condição da estrada. Xinguara se coloca nessa dinâmica apenas como um lugar de passagem.

Isso influencia nos elementos culturais mobilizados que, em maior ou menor grau, são trazidos do lugar de origem, acompanham a população que chega ou chegou a mais ou menos tempo. Por isso não se reconhece que exista uma identidade da região, abrangendo para a região sudeste do Pará como um todo que vai além das fronteiras do Urbis. Contudo identifica-se (inclusive a própria população) que esse é outro Pará, distante pelo tempo, condição de estrada ou a própria vivência da capital, com uma dinâmica própria que dialoga com dificuldade com o resto do estado, reconhecendo uma identidade do sul e sudeste do Pará.

Por outro lado firma-se uma relação mais intensa com outros lugares como Goiás e Minas Gerais e as capitais Goiânia, Palmas e São Luís. Os elementos trazidos de fora ganham maior importância que aqueles reconhecidos como típicos paraenses. A culinária consegue ilustrar o quadro: pratos tidos como típicos paraenses como tacacá, pato no tucupí, maniçoba não são tão fortes, mas por outro lado as churrascarias, um tempero mineiro nos restaurantes são mais recorrentes. Isso é mais intenso em cidades como Xinguara e São Félix, que em alguns aspectos de suas culturas se distanciam ainda mais da capital do Estado. Essa característica pode ser observada não só na culinária, mas também nas músicas ouvidas pela maioria da população. Se em Marabá e Parauapebas, por exemplo, o *melody* e o tecnobrega das aparelhagens de Belém fazem sucesso entre os jovens, em São Félix e Xinguara é o sertanejo universitário que surge nos potentes equipamentos das caminhonetes.

As festividades locais são outro importante elemento para a observação dessa articulação, já que as feiras agropecuárias são o principal atrativo da região. O evento é promovido pelo sindicato dos produtores rurais de cada cidade e conta com o apoio e patrocínio de grandes empresas. Em geral, as atividades são realizadas no parque de exposições do município, estendem-se ao longo de uma semana inteira e reúnem milhares de pessoas em busca de diversão e negócios. Os expositores são – além dos criadores de gado mais importantes da região – os comerciantes locais, que aproveitam a estrutura da feira para aumentar a venda de seus produtos. Durante a festa, são comercializados desde arames para cercas e motosserras até caminhões, picapes e imóveis.

Além das trocas comerciais, as feiras agropecuárias permitem – ou melhor, promovem – a circulação de pessoas entre os diversos municípios. É comum encontrar, em cada cidade, grupos de jovens, ou mesmo famílias, que costumam se deslocar até os

municípios vizinhos em busca das atrações oferecidas pela festa. Quem não vai à festa para participar dos leilões de bois e cavalos, encontra na feira os concursos de montaria em touros, as eleições das rainhas e princesas e os shows de artistas sertanejos locais e nacionais. Os nomes que fazem mais sucesso, em geral, são os mesmos que aparecem nas paradas do Sudeste do Brasil e estão nas rádios e programas de televisão das grandes emissoras. É bastante frequente ainda que cada um dos eventos tenha em sua programação pelo menos um show gospel – uma entre tantas evidências da influência exercida pelos evangélicos na cultura da região.

As festas acontecem entre os meses de junho e setembro. O calendário começa com a ExpoXingu, realizada entre o fim de junho e início de julho em São Félix. A Expoama acontece nas primeiras semanas de julho e chegou à 26ª edição em 2012 na cidade de Marabá. Já a Feira de Agronegócios de Parauapebas (FAP) é promovida na primeira semana de setembro e a Feira Agropecuária de Xinguara (FAX) é realizada na segunda quinzena do mesmo mês.

Mesmo as cidades que não contam com feiras deste porte, encontram-se festejos locais similares e um empenho em transformá-los em eventos regionais. É o caso de Canaã dos Carajás, onde ocorre a tradicional Cavalgada Ecológica. Ao longo de quatro dias, várias comitivas percorrem a zona rural e o fim da festa é marcado pela chegada dos tropeiros na sede do município, além de shows e desfile das candidatas à rainha do evento, com direito a roupas produzidas por figurinistas de Barretos. Em 2012, durante a Cavalgada, ocorreu o lançamento da pedra fundamental do futuro centro de eventos da cidade, local que abrigará uma nova fase da Cavalgada: a Feira Agropecuária de Canaã, nos mesmos moldes das festividades realizadas na região.



**Figura 86: Parque de Exposições de Marabá**

Além das festividades, outro aspecto que marca o tempo livre dos habitantes das cidades visitadas é o rio. Ainda que com intensidades diferentes, o uso das praias, a pesca e outras atividades de lazer desenvolvidas nas águas sempre são mencionadas pelos habitantes como única alternativa de recreação disponível. Nesse aspecto, cidades como São Félix do Xingu e Marabá são privilegiadas, já que a população conta com grandes rios próximos. Em Marabá, as praias do Geladinho, do Tucunaré e de São Félix são grandes atrativos no verão amazônico. Em São Félix do Xingu, várias ilhas e praias atraem turistas nessa época do ano, como a Praia do Porco e a Praia dos Crentes, que

ganhou esse nome devido ao grande número de igrejas evangélicas que costumavam acampar em suas areias.

Ainda assim, alguns dos habitantes de cidades originadas a partir das estradas – como Parauapebas, Canaã dos Carajás, Tucumã, Ourilândia e Xinguara – também têm alguma relação com o rio quando se trata de lazer. As elites costumam ter casas em condomínios às margens dos rios ou em ilhas para os fins de semana do veraneio. A população cuja renda permite pequenas viagens, no período das férias, segue em excursões ou carros próprios para o balneário mais próximo, onde se hospeda em hotéis ou áreas de camping e/ou pesca. Entre as camadas mais populares, isso certamente não ocorre com frequência, já que elas enfrentam dificuldades para se locomoverem de um município a outro.



**Figura 87: Praia de São Félix, em Marabá**



**Figura 88: Praia do Tucunaré, em Marabá**





**Figura 89: Praia do Porco, em São Félix do Xingu**



**Figura 90: Porto às margens do rio Xingu, em São Félix do Xingu**

No entanto, além de existir uma dificuldade de percepção do lazer pelos próprios habitantes – uma vez que eles desconsideram as atividades desenvolvidas dentro do tempo livre vivido como parte importante da cultura –, não há o reconhecimento e valorização de certos espaços que permitiriam tornar a vida cultural bem mais intensa do que aquela descrita pela população local e observada em campo. Com exceção do uso dos rios, a natureza presente na região e os atrativos que ela poderia oferecer são pouco explorados pelos habitantes e o poder público como recursos para o lazer e, enquanto isso, boa parte anseia por equipamentos exógenos, em geral, aos moldes dos lazers comuns às metrópoles, tais como os grandes centros de compras.

Dentre as cidades percorridas, apenas Parauapebas conta com os serviços oferecidos por um shopping center – o Unique, empreendimento recém-construído às margens da rodovia e que, de certa forma, explicita a dinâmica da cidade e o potencial de consumo da população. Não por acaso, Parauapebas aparece em pesquisa realizada recentemente

como a cidade do Pará com maior capacidade de expansão de consumo dos habitantes<sup>8</sup>. Entre as lojas já em funcionamento estão marcas conhecidas do sudeste brasileiro, como TNG, Hering, M.Officer, Cacau Show, Chilli Beans, O Boticário, CVC, Lojas Americanas, além de quatro salas de cinema. Antes da inauguração do shopping, a população de Parauapebas frequentava o cinema da cidade da Vale, na Floresta de Carajás, mas atualmente ocorreu uma inversão. São os moradores da vila de funcionários que se deslocam até Parauapebas, atraídos pelos lazeres e consumo disponíveis no shopping.



**Figura 91: Shopping Unique, em Parauapebas**

Em Marabá, o shopping center Pátio Marabá, iniciativa de um dos comerciantes mais importantes da região, tem previsão de inauguração para 2013. No entanto, o comércio de rua é bastante diversificado e é possível notar a existência de várias centralidades que permitem o desenvolvimento da atividade, muito provavelmente em decorrência da estrutura espacial de Marabá, da divisão da cidade em zonas com identidades específicas e da ausência de um núcleo único concentrador. O comércio de luxo e as grandes concessionárias estão restritos a algumas regiões da cidade, mas as lojas mais populares estão presentes em diversos bairros, como ocorre com a Leolar – destaque no setor de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, confecções, artigos para a casa e móveis em todo o sul e sudeste do Pará, com mais de 50 lojas na região. Recentemente, além da loja, o grupo Leolar passou a investir em outros segmentos, tais como empreendimentos imobiliários e lojas mais sofisticadas, como a franquia da Todeschini em Marabá.

---

<sup>8</sup> Parauapebas é, segundo pesquisa elaborada pela consultoria americana McKinsey e pela empresa de geomarketing Escopo para a Revista Exame (2012), a quarta cidade do país com maior potencial de consumo, ficando atrás apenas de Campinas, Uberlândia e Santos.



**Figura 92: Loja Leolar, em Marabá**



**Figura 93: Loja Leolar, em Tucumã**

Se as centralidades de consumo estão bem distribuídas por toda Marabá, o pequeno comércio realizado em armazéns e botecos subsiste nas áreas mais pobres e/ou informais da cidade<sup>9</sup>, principalmente, pelo modelo de venda praticado por eles. Mesmo com preços mais altos – uma vez que esses estabelecimentos são abastecidos pelos atacadistas ou lojas presentes nas áreas formais –, os pequenos comerciantes atraem um público que não tem acesso ao mercado formal ou que não consegue, na maior parte do tempo, adequar-se às condições determinadas pelo circuito superior da economia. Se nessas áreas é comum encontrar trabalhadores informais, sacoleiras, ambulantes ou mesmo aqueles que dependem de atividades sazonais – como “rabeteiros” responsáveis pela travessia de turistas no rio durante o verão –, também é comum a venda de pequenas quantidades anotadas em cadernetas, o comércio para o consumo imediato, das necessidades do dia. Esses estabelecimentos são, assim, uma alternativa ao mercado formal, no qual as relações impessoais limitam o já reduzido poder de compra dos consumidores.

Nas cidades menores, como Canaã dos Carajás, Ourilândia, Tucumã, São Félix do Xingú e Xinguará, o comércio de rua tende a se limitar à avenida principal, com

---

<sup>9</sup> Contudo essa forma de comércio tem diminuído sua expressividade pela disseminação de estabelecimentos maiores em diferentes regiões, que oferecem preços menores e maior oferta de produtos.



algumas extensões para vias perpendiculares ao eixo central da cidade. Nesses casos, os bairros mais distantes têm pouca oferta de produtos e serviços e a população residente torna-se dependente das pequenas mercearias e armazéns. Essa situação é agravada pela ausência de transporte público nessas cidades<sup>10</sup>, o que acaba por estimular o comércio e uso de veículos particulares – sobretudo bicicletas e motocicletas –, além da atividade de moto-táxi. Em Canaã, por exemplo, um dos grandes atrativos das vitrines das lojas são as bicicletas, de vários tamanhos e cores. Em São Félix, a quantidade de motocicletas e motonetas pelas ruas impressiona. Segundo dados do IBGE, a frota da cidade, em 2010, era de 6.607 veículos desse tipo, o que representa 87,8% do total<sup>11</sup>. Acredita-se, contudo, que esse número seja ainda maior, uma vez que são muitos os veículos circulando pela cidade sem placa e cadastro no órgão responsável, fonte da pesquisa.



**Figura 94:** Avenida principal em São Félix do Xingu

Assim como as motos são o sonho de consumo da população mais pobre – por representarem, entre tantas outras coisas, a autonomia de locomoção pela cidade –, as picapes são os carros preferidos por aqueles que têm melhores condições financeiras. Elas estão espalhadas pelas cidades – de Marabá à São Félix do Xingu –, demarcando posições sociais em locais onde os contrastes estão muito próximos, onde pobres e ricos dividem praticamente o mesmo espaço e, na maioria das vezes, os mesmos gostos e estilos de vida. Elas são ainda reflexo de uma polarização da região pelas cidades agropecuárias de estados como Goiás e Minas Gerais, onde a cultura do gado move a economia e os modos de vida da população.

Ainda sobre o consumo, vale destacar a presença das feiras livres e sua importância local, sobretudo, para o circuito inferior da economia. Além do fator cultural que

---

<sup>10</sup> Isso se estende às vilas rurais, que possuem uma forte relação com os centros urbanos, mas não contam com transporte público em alguns municípios, como Parauapebas onde os moradores dos entornos da cidade circulam de “pau-de-arara”.

<sup>11</sup> Embora o percentual seja menor em relação ao total, nos demais municípios pesquisados, motocicletas e motonetas também são responsáveis por boa parte da frota de veículos. Em Marabá elas representam 49,9% do total da frota, em Parauapebas 52,3%, em Xinguara 72,1%, em Canaã dos Carajás 63,3%, em Ourilândia 79,1% e Tucumã 81,6%.

envolve esses tradicionais pontos de venda, as feiras são o espaço de comercialização dos artigos produzidos pelas pequenas propriedades rurais e outras tantas mercadorias manufaturadas que, por falta de regulamentação e incentivos, não conseguem ter acesso aos supermercados das cidades. São produtos que, por diversos motivos, não atendem aos padrões de perenidade, quantidade e, em algumas situações, certificação exigidos pelo mercado formal e que acabam tendo nas feiras sua única forma de escoamento. Não por acaso, a maioria dos produtos encontrados nos supermercados de todas as cidades visitadas vêm de estados como São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Tocantins.

Em Marabá, duas feiras importantes aglutinam pequenos produtores da região. A Feira Coberta Dionor Maranhão, popularmente conhecida como Feira da Laranjeira, e a Feira da Folha 28, em Nova Marabá. O que distingue as duas centralidades comerciais é, principalmente, o fato de a Feira da Laranjeira ter passado por uma intervenção da prefeitura recente, quando ganhou cobertura e gradis, bancas fixas e foi organizada por setores. A Feira da Folha 28, em contrapartida, apresenta uma organização formal mais espontânea, na qual a proteção do sol ou chuva é feita com algumas lonas estendidas entre uma barraca e outra.



**Figura 95: Feira da Laranjeira, em Marabá**



**Figura 96: Feira da Folha 28, em Marabá**



Quanto aos demais aspectos, ambas são bastante parecidas. Ao longo da semana, recebem um público menor (a Feira da Laranjeira, maior em número de expositores e tamanho, chega a uma população de dois mil visitantes por dia) e, nos sábados e domingos, transbordam os limites fixados pelo poder público. Cerca de seis mil pessoas passam pela Feira das Laranjeiras aos sábados e a exposição de produtos – carros com galinhas, patos, carnes diversas, artigos para casa, verduras e frutas – ganha os passeios. Na Folha 28, o pequeno largo que serve à feira nos dias de semana se estende às ruas vizinhas, misturando-se às casas e comércio local.

Os produtos vendidos nas feiras ainda permitem notar o quão imbricados estão os dois circuitos da economia. As bancas têm de farinha de puba aos cosméticos da Natura; de hortaliças de produção familiar às frutas vindas de Tocantins. Entre os expositores é possível encontrar tanto pessoas que sobrevivem exclusivamente da venda de produtos na feira, quanto aqueles que encontram nesse tipo de atividade uma forma de completar o orçamento familiar. Não é raro o caso de comerciantes que, ao longo da semana, se dedicam a outras atividades, trabalham como empregados na economia formal ou cuidam do roçado.

Em São Félix do Xingu, a feira coberta organizada pela prefeitura também é um espaço importante de articulação entre o campo e a cidade. Nos finais de semana, ela recebe famílias inteiras de agricultores que trazem verduras e hortaliças, peixes, frangos e porcos para a venda. Os comerciantes vêm das vilas agrícolas em caminhões custeados pela associação de feirantes e aproveitam o comércio da cidade para se abastecerem dos artigos que não produzem, como arroz, óleo e bens industrializados. Do lado de fora da feira, desenvolve-se o comércio de produtos importados (eletrônicos, celulares, CDs e DVDs pirateados), fator presente também em todos os demais centros de comércio popular visitados e que indica a presença de novas necessidades e estilos de vida na região.



**Figura 97: Transporte dos produtores rurais para a feira de São Félix do Xingu**

A feira de Parauapebas conta com formação semelhante, sendo estruturada a partir de um grande galpão com bancas oferecidas pela prefeitura durante toda a semana, mas com maior presença de pequenos produtores e público no final de semana. Novamente

os limites do galpão não definem os contornos da feira e o comércio de frutas e hortaliças, assim como de miudezas eletrônicas, continua pelas calçadas e ruas.

Se os padrões de consumo são reveladores de modos de vida e permitem identificar valores e expectativas, é oportuno ainda traçar algumas peculiaridades encontradas em alguns dos municípios pesquisados. Em Canaã, cidade com um dos maiores índices de evangélicos, uma característica do comércio que se desenvolve ao longo da avenida Weyne Cavalcante é a grande quantidade de lojas dedicadas aos equipamentos de som e instrumentos musicais utilizados pelas diversas igrejas da cidade<sup>12</sup>. Entre os habitantes de Canaã, 35,6% professam a fé evangélica, média superior aos demais municípios estudados (32% da população) e também acima da média do país (22,2%) e do próprio estado (26,7%).

Outro aspecto importante que merece atenção se refere à presença da Vale nas cidades. A empresa não só influencia na dinâmica comercial, como interfere nos bens consumidos. Nas cidades em que a empresa atua, as lojas de grifes têm como público alvo, além da pequena elite local, os funcionários da mineradora, bem como seus terceirizados. Em Canaã, é possível encontrar lojas que foram abertas visando atender a esse perfil de consumidor, com artigos mais sofisticados não encontrados em outras localidades, como cachoifras e vinhos importados. Em Ourilândia, a expectativa criada pela atividade mineradora também incrementou o comércio local e fez com que novas lojas – oferecendo produtos refinados – fossem inauguradas recentemente.

Por fim, se é possível encontrar alguma articulação dada pelo consumo entre cidades como Marabá, Parauapebas e Canaã, bem como entre Ourilândia e Tucumã, em São Félix do Xingu o isolamento físico e as condições de acesso à sede do município dificultam qualquer relação com o entorno imediato. Os consumidores de alta renda, quando não consomem na própria cidade, têm Goiânia como o principal destino de compras. O mesmo ocorre em Xinguara, que apesar de alguma articulação com a cidade de Redenção, também estabelece vínculos maiores com a capital de Goiás, quando se trata de consumo. Como já foi abordado aqui, nessas duas cidades, a relação com municípios externos ao estado do Pará é ainda mais explícita que nas demais.

Assim, juntamente com essa rede de trocas e circulação (de bens e pessoas), a articulação cultural e identitária também se firma de modo mais intenso entre essas duas cidades e o estado de Goiás e Minas Gerais. É notável que, embora toda a região do sul e sudeste do Pará se identifique como parte de uma mesma cultura, firmada na maioria das vezes pela oposição à cultura de Belém, cidades como Xinguara e São Félix trazem isso de modo mais intenso.

## **6. Considerações finais:**

Toda a transformação ocorrida no decorrer dos últimos 50 anos introduziu uma dinâmica exógena, que não considerou as estratégias de ocupação e as características das comunidades nativas. A ocupação da terra pautada por costumes e não por registros formais, as práticas mercantilistas, e carências de energia e capital, entre outros fatores,

---

<sup>12</sup> Dentre as diversas denominações, vale destacar a presença da Assembleia de Deus, igreja originária do Pará e que é responsável por aproximadamente 61% dos evangélicos da cidade. Essa é também a maior porcentagem entre os municípios da URBIS 1, sendo que a média entre os demais é 49%.

geraram a percepção de atraso em relação às novas práticas, baseadas no paradigma industrial. A infraestrutura logística tornou-se um diferencial para as cidades, distinguindo Marabá como pólo regional importante, seguida de Conceição do Araguaia e Redenção ao sul do estado.

Nesse contexto, as cidades tornaram-se ponto de apoio para a expansão do capital monopolista, sublimando o estágio em que a urbanização seria vinculada ao processo de industrialização. Merece destaque a expectativa de instalação de um pólo metal mecânico em Marabá, a partir da implantação da siderúrgica Aços Laminados do Pará (ALPA) e da Sinobrás, que associada ao restabelecimento da navegação no rio Tocantins ampliariam as funções e a importância de Marabá na região. Entretanto, a vocação da região não é industrial, e ainda não se conseguiu um arranjo econômico institucional que equilibre investimentos em condições de produção e de reprodução da força de trabalho.

Diante da força do governo central e posteriormente do setor privado, é clara a deficiência de gestão regional e local. Isso facilitou a imposição do rodoviarismo e difusão de uma visão predatória dos recursos florestais e minerais (exploração de madeira, garimpo), a negligência de valores e práticas que viabilizaram uma convivência harmônica entre sociedade e natureza por séculos, e a introdução de práticas de dominação baseada na associação do poder econômico, político e domínio da terra (MENDES, 1974; CORREA, 1987, VICENTINI, 2004).

As cidades não foram pensadas como mercados onde o capital circulante na região pudesse ser internalizado, ou a partir de onde facilidades e acesso às políticas fossem irradiados. Observa-se um passivo expressivo na provisão de habitação, infraestrutura, serviços e equipamentos públicos voltados para a população em geral, que comprometem as funções das cidades na região, e mantém a perspectiva da carência material, da desigualdade e da crise de identidade cultural, mantendo distante a discussão de vínculos com o bioma amazônico tanto no passado quanto para o futuro.

O recurso a consultorias e a técnicos qualificados é visto na área como estratégia para impor limites à interlocução entre a Vale e a sociedade, já que a escuta sobre os processos e problemas da sociedade era muito rara e secundária. A articulação entre empresa e prefeitura não é vista como equivalente à relação entre empresa e sociedade. As lideranças dos segmentos populares também colocam que há uma preocupação muito grande com a imagem verde por parte das empresas, e espaço muito limitado para o trato sobre as pessoas. Todos os interesses estão voltados para o subsolo, até mesmo nos latifúndios dedicados à pecuária. Por outro lado, na superfície o que é público parece não ser de ninguém, não há consenso a respeito. Nas áreas mais consolidadas é evidente que o setor privado se beneficia do bom fluxo das relações sociais e condições de reprodução coletivas (ex: instituições, acúmulo de infraestrutura, ordenamento fundiário, redes sociais, etc.). Nos locais onde esse acúmulo é menor observa-se também o menor envolvimento do funcionário mais qualificado com os processos locais, intensificando o padrão de relacionamento de fronteira, ao invés de combatê-lo através do compartilhamento de experiências trazidas de lugares de origem, supostamente mais avançados, e discussão de estratégias para a superação das dificuldades vivenciadas por todos.

## Referências bibliográficas

CABRAL, E. ; ENRÍQUEZ, M.A.R.S ; SANTOS, D. V. . Canaã dos Carajás - do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. In: Fernando Rego Chaves Fernandes; Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez; Renata de Carvalho Jimenes Alamino. (Org.). Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial. Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial. 1ed.Rio de Janeiro: CETEM - Ministério da Ciência e Tecnologia, 2011, v. 1, p. 39-68.

CARDOSO, A. O espaço da cidade amazônica tomado como ponto de conexão entre as escalas e dinâmicas globais, regionais e locais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, IX, 2011, Goiânia. A pesquisa e a produção geográficas: o pulsar no tempo e no espaço. Goiânia: ANPEGE, p.1-15. (2011).

CORREA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2004.

EXAME. O novo mapa do consumo. 20 de agosto 2012.

HALL, A.. Amazônia- desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC). Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

IPEADATA. <http://www.ipeadata.gov.br/>.

MARABÁ, Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo do Município de Marabá. LEI Nº. 17.213 DE 09 DE OUTUBRO DE 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Marabá, cria o Conselho Gestor do Plano Diretor e dá outras providências. 67 f. Marabá: Prefeitura Municipal, 09 out. 2006a.

ONU/MMA/PMM – Organização das Nações Unidas – Programa para o Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente/Prefeitura Municipal de Marabá. (2006) Relatório Ambiental Urbano Integrado. Informe Geo Marabá. Relatório não publicado. Marabá : PMM. MARABÁ. Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Marabá. Marabá: 2006.

OURILÂNDIA, Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo do Município de Ourilândia. LEI COMPLEMENTAR Nº. 003 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Ourilândia e dá outras providências. 36 f. Ourilândia: Prefeitura Municipal, 10 out. 2006a.

PARAUPEBAS, Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo do Município de Parauapebas. LEI Nº. 4.328 DE 30 DE OUTUBRO DE 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Parauapebas e dá outras providências. 70 f. Parauapebas: Prefeitura Municipal, 30 out. 2006a.

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. <http://portal.mte.gov.br/rais/>.

SANTOS, M. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979.

SÃO FÉLIX DO XINGU, Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo do Município de São Félix do Xingu. LEI Nº320 DE 13 DE OUTUBRO DE 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de São Félix do Xingu e dá outras providências. 56 f. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal, 13 out. 2006 a.

SIDRA-IBGE – Sistema de Recuperação Automática. <http://www.sidra.ibge.gov.br/>.



TOURINHO, H. Planejamento Urbano em Área de Fronteira Econômica: o caso de Marabá. Dissertação de Mestrado. Belém, NAEA/PLADES.1991.

TUCUMÃ, Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo do Município de Tucumã. LEI Nº329 DE 28 DE OUTUBRO DE 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Parauapebas e dá outras providências. 58 f. Tucumã: Prefeitura Municipal, 28 out. 2006 a.

UFPA/ PMM - Universidade Federal do Pará e Prefeitura Municipal de Marabá. Diagnóstico do Plano Diretor Participativo de Marabá. Relatório não publicado. Belém, UFPA, 2006.

URBANA, Diagonal. Plano de Gestão Integrada em Sócio-economia para os Empreendimentos da CVRD – Sudeste do Pará. [Apresentação eletrônica.] Belém, 27 nov. 2008. CD-ROM.

URBANA, Diagonal. Plano Diretor Participativo De Canaã Dos Carajás: Metodologia e Diagnóstico. São Paulo, maio de 2007. CD-ROM

VELHO, Otávio. Frentes de expansão e estrutura agrária – estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

XINGUARA, Prefeitura Municipal. Diagnóstico do Plano Diretor Participativo do Município de Xinguara. 33 f. Xinguara: Prefeitura Municipal, 28 out. 2006 a.